

Veículo: Site Secom	
Data: 16/11/2020	Caderno: Fazenda



Aplicativo Preço da Hora Bahia alcança 350 mil usuários

13 novembro 2020



Após sete meses de lançado pelo Governo do Estado, o aplicativo Preço da Hora Bahia, que pesquisa preços no mercado baiano, já possui mais de 350 mil usuários. A ferramenta permite pesquisar os preços de mais de 500 mil produtos comercializados em todo o estado a partir de informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Secretaria da Fazenda do Estado (SefazBA). Só em Salvador, mais 1,2 milhão de notas fiscais eletrônicas emitidas por dia servem de base para a comparação dos preços.

O aplicativo já é usado nos maiores municípios da Bahia, mas o desafio é chegar aos demais e ampliar o acesso da população baiana à ferramenta, já que o Preço da Hora Bahia traz os preços de produtos comercializados em todos os 417 municípios, sem exceção. A capital é onde residem mais da metade dos usuários do aplicativo: 189,2 mil. Em seguida vêm Feira de Santana, com 26,5 mil, Lauro de Freitas, com 16,6 mil, Camaçari, com

13,1 mil, Vitória da Conquista, com 7,6 mil e Itabuna, com 6,6 mil. “Nosso objetivo é fazer com que esta ferramenta de grande utilidade chegue ao máximo possível de usuários”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

Os benefícios de ter o aplicativo baixado em celulares e tablets vão além do preço dos produtos. O usuário do Preço da Hora Bahia pode conferir ainda na tela do app o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está à venda. É possível também acessar um gráfico com o histórico de preços do produto e cotar rapidamente uma lista de até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade. De forma prática e dinâmica, o app mostra em pesquisa simples, por nome do produto ou código de barra, o menor preço praticado num raio de 1 a 30 quilômetros da localização do usuário. A pesquisa apresenta ainda os preços praticados em outro município do estado, caso o consumidor deseje, e traz de forma facilitada na tela principal a pesquisa por combustíveis e medicamentos.

“A ferramenta é a aliada dos baianos na otimização dos seus deslocamentos e na economia” explica o diretor de Produção de Informações da SefazBa, Jadson Bitencourt, que ressalta a boa receptividade dos usuários do aplicativo. “As pessoas só precisam baixar e experimentar para conhecer em detalhes as vantagens que o aplicativo oferece”, observa, citando as mais de mil manifestações de usuários, predominantemente positivas, já registradas nas redes sociais e nas caixas de comentários da Apple Store e do Google Play, onde o Preço da Hora Bahia é disponibilizado para download. Além do aplicativo para dispositivos móveis, o serviço está disponível também através do site precodahora.ba.gov.br.

Fonte: Ascom/ SefazBA

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupotarde.com.br

Agro

A TARDE JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupotarde.com.br

O novo “tabuleiro da baiana” pode gerar muita riqueza

Indicação geográfica é uma riqueza adormecida a ser despertada. Em cada município da Bahia existe um potencial fantástico de empreendedorismo, cooperativismo e associativismo que será um exemplo do novo agro no planeta.

Na Europa chamam de “terroir”. Quer dizer produtos singulares, únicos, produzidos a partir das culturas humanas, onde o segredo está na união da “tradição com a inovação”, como fala o professor dr. Alcides.

Tive uma ótima conversa com Alcides dos Santos Caldas, professor do departamento de geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Ele apresentou no seminário internacional, recentemente feito pela Embrapa sobre a valorização estratégica de produtos agroalimentares, uma visão da Bahia.

São quatro hoje as indicações geográficas já regulamentadas conforme as exigências e leis definidas e aprovadas internacional-

mente na OMC: frutas e mangas do São Francisco, cachaça Abaira da Chapada Diamantina, cafés do planalto oeste baiano e amê-

doas de cacau do sul do estado.

Porém, o professor Alcides fala da Costa do Dendê, da farinha de capioaba, re-

queijão de Santa Bárbara... e não para de dar exemplos, onde precisaríamos de um jornal inteiro para tratar de todos.

Esse trabalho que é desenvolvido pela Embrapa Alimentos e Territórios, pela universidade, tem apoio importantíssimo do Sebrae.

Ele precisa agora de uma visão sistêmica, organização, agroindustrialização, cooperativismo e de uma compreensão do seu potencial econômico, social e de geração de renda paralela que permite, in-

cluindo setores como turismo em torno dessa nossa gigantesca oportunidade, os “terroir brasileiros”... significativos impactos no PIB da Bahia e do Brasil.

São os nossos novos tabuleiros gastronômicos...

Desejo que a Bahia possa despertar todo o Brasil para essa gigantesca riqueza adormecida... E que trará dignidade para milhões de brasileiros, além de satisfação para bilhões de consumidores mundiais.

Um novo agro, sem dúvida: agrocidadania.

Em cada município da Bahia existe um potencial fantástico

Desejo que a Bahia possa despertar todo o Brasil para essa gigantesca riqueza

CAMPANHA Objetivo é sensibilizar indústria têxtil e consumidor sobre os benefícios do material

Movimento ‘Sou de Algodão’ valoriza fibra e cadeia produtiva

MIRIAM HERMES

A valorização da fibra natural, o consumo consciente a partir do conhecimento e a congregação de todos os elos da cadeia produtiva, desde a lavoura até o consumidor final, é a proposta do movimento ‘Sou de Algodão’, capitaneado pela Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) e o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), que conta com 370 marcas parceiras.

O Brasil é atualmente o quarto maior produtor mundial da fibra. Este ano, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) o país produziu 2,9 milhões de toneladas de algodão em caroço.

A Bahia tem a segunda maior produção entre os estados, com 1,4 milhão de toneladas na safra 2019/2020 principalmente na região do cerrado, situado no extremo oeste, com participação ativa no movimento, através da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa).

De acordo com o presidente da Abrapa, Milton Garbugio, a ideia do Sou de Algodão surgiu com a percepção de uma queda na procura pela fibra por parte do setor têxtil nacional, “apesar dos diversos atributos positivos de valor, como qualidade e rastreabilidade de origem, além das características reconhecidas como leveza, suavidade, conforto e maciez”.

Ele acrescentou que também foi identificada a falta de informação por parte do grande público sobre os benefícios da fibra na comparação com outros materiais, como os sintéticos e artificiais, e o “comportamento do consumidor, cada vez mais exigente, em busca de valores como responsabilidade e transparência”.

Diante deste cenário o movimento foi lançado na 42ª Fashion Week de São Paulo (FWSP) no ano de 2016. O evento é considerado o mais importante da moda brasileira, reunindo anualmente marcas importantes, grandes estilistas, modelose um público exigente.



Bahia tem 2ª maior produção

godão no estado de Mato Grosso, destacou que a principal ferramenta do movimento é a disseminação das informações, criando a oportunidade para que seja valorizado “o produto que vem da natureza e depende dos seus ciclos para existir”.

Criadores

Para divulgar o Sou de Algodão e ampliar a participação da comunidade da moda, em 2018/19 o movimento realizou o 1º Desafio Sou de Algodão + Casa de Criadores, um concurso estudantil que revelou três novos talentos para a moda autoral brasileira, com mais de 400 inscrições.

Neste ano, o Movimento se uniu mais uma vez com a Casa de Criadores para promover o 2º desafio, lançado em agosto com final previsto em 2021. O concurso é voltado para estudantes de moda, design e áreas correlatas do Brasil mostrarem sua criatividade em coleções que tem o algodão como matéria-prima.

Ainda para novembro deste ano está prevista a 4ª edição da Casa de Criadores,

com uma ação de lançamento de coleção cápsula de camisetas, com estampas criadas por estilistas da Célula Preta, um núcleo formado por estilistas negros que estimula a discussão sobre a inclusão e a representatividade racial na moda.

Para o estilista baiano, natural de Barreiras, com passagem em Salvador onde fez curso de Moda, Designer e Gestão, Isaac Silva, entre outras vantagens o tecido de algodão tem maior durabilidade.

“Faço roupas atemporais e o algodão é bom porque aquece no inverno e refresca no verão”, disse o estilista, que mora há 10 anos em São Paulo onde tem loja física e participa de grandes eventos da moda como o SPFW, destacando que suas roupas têm o selo do movimento.

Ele pontuou que como estilista sempre se preocupou com a origem da matéria prima. “Por exemplo, se na lavoura e na indústria os trabalhadores tem respeitados seus direitos, se existe cuidado com o meio ambiente. Através do movimento conhecemos de perto essa produção e as pessoas que estão

por detrás de todo este processo”, asseverou.

Certificado

Presidente da Abapa e vice-presidente da Abrapa, o cotonicultor Júlio Busato salientou que uma das iniciativas do movimento foi entrar e “levar o pessoal da moda, os estudantes de moda e outros elos da cadeia para dentro das fazendas produtoras, conhecer a realidade e tudo que é envolvido no processo”.

Ele revelou que foi um ganho grande para todos. “Eles puderam desmistificar algumas ideias, ver a preocupação social e ambiental dos produtores e o comprometimento com a sustentabilidade em todo o processo”, enfatizou. Para ele, com este conhecimento “ficou claro que quem produz são famílias para o consumo das famílias”.

Busato chamou a atenção para os critérios de rastreabilidade e de produção consciente adotados pelos cotonicultores que possuem o selo do programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR). “Existe um sistema de controle e manejo integra-

do, atestado por empresa que observa 178 itens, desde os aspectos ambientais até sociais, como segurança no trabalho”, observou.

Coordenadora do programa na Bahia, Bárbara Bonfim lembrou que na safra 2019/2020 a Bahia contou com 78,2% da produção de algodão certificado, registrando 80 unidades produtivas que seguem os padrões internacionais em acordo com a entidade suíça Better Cotton Initiative (BCI), referência mundial sobre o tema.

Ela, que é coordenadora de Sustentabilidade da Abapa, atua ativamente do movimento e teve participação no Segundo Manifesto do Sou de Algodão, que focou em pessoas que trabalham com toda a cadeia da fibra no Brasil.

“É uma experiência marcante, relevando histórias de vida das pessoas que fazem este setor acontecer e se solidificar a cada safra”, pontuou, acrescentando que o movimento oportuniza a abertura entre os elos, “o que favorece o seu fortalecimento”, afirmou sem esconder o entusiasmo mediante os resultados já obtidos.

ZÁ Takahashi / FOTOSTE



Modelo desfila peça do estilista Isaac Silva

Campanha tem adesão de sete marcas baianas de confecção

Uma das sete marcas de confecções da Bahia que já aderiram ao movimento, a Sudotex é de um grupo empresarial com fazendas em Correntina e parque industrial em Urandi, no Sudoeste, divisa com Minas Gerais. As outras marcas são Baas, Eluc, Encontro das Griffes, Livia Store, Mari Correia e Raaz.

O diferencial da Sudotex é ser considerada como uma das únicas no mundo que tem toda a cadeia têxtil verticalizada (da lavoura à confecção), com capacidade de produzir 500 mil camisetas polo por mês e atendendo a 27 estados brasileiros, além de comercializar a malha de algodão colorida em peças.

“O movimento é positivo para o Brasil, porque valoriza os artigos do vestuário de fibras naturais, aumentando o conhecimento da população sobre as vantagens de roupas favoráveis à saúde, sem contraindicações no frio ou calor”, afirmou o diretor comercial do grupo, Hebert Silva Pinto.

Ele salientou que a empresa foi criada há 54 anos e se orgulha de ter a fibra do algodão como matéria prima, bem como manter desde a lavoura e o beneficiamento primário, até a fiação, malharia, tinturaria e confecção, promovendo empregos qualificados e fornecendo seus produtos para grandes cadeias varejistas do país.

Carlos Rudney / Abrapa

ECONOMIA

& NEGÓCIOS

salvador@grupoparade.com.br

INTERNET Leia mais notícias sobre negócios no Portal A TARDE

www.atarde.com.br/economia

DINHEIRO Sistema que permite transferência e pagamento na hora deve substituir o TED e o DOC, mas preocupa por facilitar possíveis fraudes e golpes

Pix começa a valer hoje para operações instantâneas



Divulgação

MARJORIE MOURA

O PIX é uma realidade a partir de hoje e uma grande evolução no sistema financeiro brasileiro, permitindo transferências e pagamentos instantâneos que devem substituir o TED e o DOC, e também reduzir custos das transações comerciais.

Os mais variados meios de pagamento poderão avançar na oferta e implementação do sistema no varejo de uma forma totalmente padronizada. Isso engloba tanto compras físicas, virtuais, bem como ferramentas que permiti-

rão que uma série de empresas, sejam prestadoras de serviços de TI ou integradoras de meios de pagamentos façam parte do ecossistema.

A novidade é interessante, mas a população deve ficar atenta para os riscos da facilidade de uso de ferramentas financeiras associada a possíveis golpes virtuais, facilitados pela baixa escolaridade e pela falta de educação financeira.

Alexandre Pinto, diretor de inovação e novos negócios da Matera, empresa de desenvolvimento de tecnologia para o mercado finan-

ceiro, fintechs e gestão de riscos, explica alguns tópicos relacionados ao PIX. Um deles é que o correntista pode ir pessoalmente ou telefonar para sua agên-

População deve ficar atenta para os riscos e facilidades de possíveis golpes virtuais

cia bancária para gerar o Pix, ao invés de usar o aplicativo do banco. Mas, ressalva, neste caso, o banco pode cobrar pelo serviço, conforme previsão do Banco Central.

Ele esclareceu ainda que, caso os dados de uma pessoa física ou jurídica sejam usados por estelionatários, assim como já ocorre, para abrir uma conta ou registrar um PIX, o responsável deve procurar a polícia. Para saber se isto aconteceu, deve recorrer ao sistema Registrato, do Banco Central (www.bcb.gov.br/cidada-niafinanceira/registrato).

SAIBA COMO FUNCIONA

AGILIDADE

Uma das grandes vantagens do Pix é a agilidade, sem necessidade de pedir agência, conta e dados pessoais do recebedor, bastando pedir a Chave Pix, que é a identificação de preferência. Pode ser realizado a partir de conta corrente, conta poupança ou conta de pagamento pré-paga.

REGRAS

O Banco Central desempenha os papéis de regulador, definindo as regras de funcionamento, e de gestor das plataformas operacionais, desenvolvidas e operadas pelo BC, que permitem que as transações sejam feitas em segundos, a partir de informações simples, entre instituições distintas.

CARACTERÍSTICAS

Transações concluídas em poucos segundos, recursos disponíveis para o recebedor em tempo real, disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, inclusive feriados. Gratuito para pessoa física pagadora e de custo baixo para os demais casos. Possibilita pagamentos entre instituições distintas.

FIDELIDADE

Ao cadastrar a chave (CPF ou CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória), em uma empresa financeira ou cooperativa, o cliente não poderá usar este dado para o mesmo fim em outra organização. O correntista pode se beneficiar do esforço das instituições para retê-los e manter seu ativo intangível.

EVP

O EVP é uma chave aleatória de 32 dígitos gerado para o Pix. Permite receber transferências e pagamentos sem informar dados pessoais, e a geração de QR Code, que podem ser lidos por câmera de celular para fazer pagamentos, fixos, com um mesmo valor de venda (em locais de preço único), ou variáveis para cada venda.

LIMITES

Não há limite mínimo para pagamentos ou transferências. Em geral, também não há limite máximo de valores, mas as instituições poderão estabelecer limites máximos de valor baseados em critérios de mitigação de riscos de fraude e de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

INTERMEDIÁRIOS

As transações de pagamento utilizando cartão de débito exigem uso de maquininhas ou instrumento similar. Com Pix, as transações podem ser iniciadas por meio do telefone celular, sem a necessidade de outro instrumento, com custo de aceitação menor por sua estrutura ter menos intermediários.

ECOSSISTEMA

Eletrônica dos meios de pagamento (melhor controle de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, e redução do uso de cédulas). Competição entre meios de pagamento com mais qualidade e menores despesas. Ambiente seguro, com estímulo a entrada de fintechs e bom potencial de inclusão financeira.

Diagnóstico codificado não é obrigatório em atestados médicos



Direito previdenciário
Luciano Martinez

Juiz do Trabalho, professor de Direito do Trabalho e Previdenciário da UFBA
luciano@lucianomartinezba.com
@lucianomartinezba

Meu empregador somente diz validar os atestados médicos a ele apresentados se neles houver a identificação da doença mediante registro, pelo médico, da CID. Isso é mesmo exigível?

ANÔNIMO

Resposta: Não, não é exigível nem mesmo para encaminhamento do empregado para a perícia médica do INSS. Em verdade, na elaboração do atestado, o médico deverá seguir o disposto na Resolução CFM n. 1658/2002 (alterada pela Resolução CFM n.º 1851/2008), revelando o diagnóstico com aposição de CID APENAS SE existir autorização expressa, por escrito, do paciente. Isso mesmo. Inaceitáveis são as referências diagnósticas, salvo por livre e consciente determinação do pa-

ciente. Reiteradas, por isso, são as manifestações do Conselho Federal de Medicina no sentido de que o paciente é a única pessoa com legitimação para dispor de sua própria intimidade médica. Então, conforme claramente registrado no PC/CFM/N.º 32/1990, "o médico só poderá fornecer atestados ou relatórios de exames ou de tratamentos realizados, revelando, consequentemente, o diagnóstico ou tratamento ministrado, desde que obtenha expressa autorização do paciente ou de seu responsável". A obrigatoriedade de um "diagnóstico

codificado" no atestado médico, consoante sustentou com razoabilidade o referido parecer do CFM, "ao invés de proteger o trabalhador, cria-lhe uma situação de cons-

Ao invés de proteger o trabalhador, cria-lhe uma situação de constrangimento

trangimento. Ao ser relatado seu mal, mesmo em código, suas relações no emprego são prejudicadas pela revelação de suas condições de sanidade, principalmente se ele portador de uma doença cíclica que lhe afastam outras vezes do trabalho". O TST segue exatamente essa linha de entendimento na atualidade. Nos autos do processo RO-213-66.2017.5.08.0000, em abril de 2019, manteve a nulidade de cláusula coletiva que previa a obrigatoriedade da informação sobre a CID como requisito para a validade do atestado médico e para o

abono de faltas para empregados. Por fim, nunca será demasiada a lembrança de que a discussão sobre essa auto-determinação informativa do empregado quanto aos dados reveladores de sua doença em atestados médicos é absolutamente estéril na atualidade. Diz-se isso porque o art. 2.º, II, da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018) deixa bem claro que um dos seus fundamentos é justamente essa aptidão que tem o indivíduo de determinar e controlar a utilização dos seus próprios dados.

NEGÓCIOS

& OPORTUNIDADES

INTERNET Leia mais sobre carreiras e negócios no Portal A TARDE

www.atarde.com.br/economia

empregosenegocios@grupotarde.com.br

Olga Leiria / Ag. A TARDE

MARIA ALICE DE SOUZA*

A valorização da cultura e as preferências da comunidade negra, durante anos ignoradas pelas grandes marcas de moda e beleza, abriram caminho para muitos empreendedores negros. De olho nessa carência, eles investiram nas características específicas dos afro-brasileiros, como roupas com estampas relacionadas à tradição africanas ou salões de beleza especializados no cuidado do cabelo crespo e cacheado. A representatividade é o que atrai o público a esse modelo de negócio.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Locomotiva apontam que 56% da população brasileira se considera negra ou parda e que há mais de 14 milhões de empreendedores negros no Brasil. Um mercado que movimenta cerca de R\$ 1,6 trilhão por ano.

É necessário estimular empreendedores negros para a criação de mercados voltados ao impacto social, um perfil de negócio que “converse” e provoque a sensação de “pertencimento” ao consumidor, é o que destaca o gerente regional do Sebrae na Bahia, Rogério Teixeira. Para ele, muitas empresas não observam essa demanda e perdem a chance de investir em um nicho promissor, principalmente em Salvador, com a maior parcela da população negra.

O gerente relata que nos últimos anos, quando temas como empoderamento e identidade étnica passaram a ser mais discutidos, o comportamento do consumidor foi sendo transformado, o que torna esse ramo uma excelente oportunidade de investimento. “Toda empresa existe para atender à necessidade de alguém ou de um grupo”, comenta.

Diversidade racial

Nesse cenário, visando iniciar um negócio, fortalecer a cultura afro e fomentar o empreendedorismo negro, a empresária Najara Black criou a loja virtual (@nblack 21), em 2005, com o intuito de trazer a moda afro-brasileira, contemporânea e despojada. Ela conta que depois de sofrer racismo em uma entrevista de emprego, decidiu que não iria trabalhar para ninguém. Foi quando resolveu empreender e vender bijuterias. Pouco tempo depois, migrou para a costura.

O sucesso não veio de imediato. Após criar a linha de roupas, distribuiu as peças entre os amigos como forma de divulgar a marca, entretanto ninguém usou. Com as roupas em estoque, ela resolveu ser a própria vitrine. “Eu invadia todas as festas de Salvador usando minhas camisetas, e isso foi despertando a curiosidade das pessoas”, lembra Najara.

Em 2007, ela fechou parceria com o grupo de pagode Guig Ghetto, o que resultou no reconhecimento da marca no segmento. Depois de anos vendendo em casa, a empresária inaugurou uma loja física, no local onde, além de comercializar os produtos, realizava eventos e convidada outros empreendedores para divulgar os negócios.

Após devolver o ponto comercial, por solicitação do proprietário, ela voltou a trabalhar em casa e, este ano, quando planejava abrir um novo espaço, teve que cancelar os projetos devido à pandemia da Covid-19. Atualmente a NBlack segue funcionando no Instagram. Para efetuar compras, o cliente pode entrar em contato pela rede social ou via WhatsApp.

A valorização das raízes é um dos princípios do afroempreendedorismo. É o caso do salão de beleza Ya-

MERCADO De acordo com dados do IBGE, 56% dos brasileiros se declaram negros ou pardos

Empreendedorismo negro movimenta R\$ 1,6 trilhão/ano



Najara Black atua na área de moda com inovação

DICAS PARA EMPREENDER

PLANEJAMENTO

Conheça o mercado no qual você vai atender, estude para saber de que forma você vai atuar. É necessário conhecer o nicho no qual o empresário quer trabalhar, não precisa dominar o assunto, mas é imprescindível entender as carências desse público

FINANCEIRO

Faça uma análise do quanto de dinheiro você tem para investir. Isso é preciso para determinar o que fazer no negócio. Você pode adequar seu comércio de acordo com sua disponibilidade financeira

MARKETING

Atenda a necessidade do cliente e, além disso, busque ser visto. É necessário usar o melhor marketing digital. Se posicionar como loja virtual é importante em uma época na qual as pessoas são cada vez mais informatizadas. Esteja onde seu público está

FONTE: ROGÉRIO TEIXEIRA, GERENTE REGIONAL SEBRAE

Há mais de 14 milhões de empreendedores negros no Brasil, aponta estudo do Instituto Locomotiva

Bárbara abriu um salão para valorizar beleza afro-brasileira



Felipe Inuati / Ag. A TARDE

Empresa aposta na diversidade

Uma das atividades mais divertidas na infância é poder brincar, desenhar e colorir o desenho. Em meio à inocência, a falta de representatividade muitas vezes não é observada aos olhos de uma criança. Os tempos mudaram e a diversidade racial e o multicolorismo são dois assuntos cada vez mais discutidos no ambiente familiar e escolar. Isso porque boa parte das crianças não encontra os diferentes tons de peles nas bonecas ou lápis de cor.

A empresa baiana Amora Brinquedos Afirmativos ficou conhecida no mercado com a produção de bonecas

negras de pano (@amorabonecas).

Agora, neste mês de novembro, vai lançar uma coleção de giz de cera com 12 tonalidades de peles distintas, com o objetivo de auxiliar na construção de uma educação antirracista, fomentando esse diálogo nas escolas e reafirmando o compromisso social.

Tonalidades

“Vivemos num mundo diverso e com diversas tonalidades de peles. Não é justo que apenas uma cor represente todo mundo”, explica a dona da marca, Geórgia Nunes.



Amora / Divulgação

Giz: diversidade de tons para desenho da cor da pele

lodê (@yalodecabelos), no bairro da Liberdade. O local é especializado em cuidados dos cabelos crespos e cacheados sem agredir ou mudar a textura dos fios. “Criamos um tratamento próprio para esses cabelos, baseado na procura e necessidades dos clientes, sem mudar a identidade étnica de cada cabelo. Nosso propósito é cuidar e tratar”, relata a proprietária, Bárbara Aguiar.

Segundo Bárbara, a ideia era criar um local com estrutura apropriada e bons profissionais, uma vez que as especialistas em cabelo afro na maioria trabalhavam de forma autônoma e atendiam na casa do cliente ou na própria residência. “Eu queria quebrar esse paradigma, fazer um salão com o mesmo nível dos salões de cabelos lisos, com boa estrutura, profissionais realizados, com tratamento especializado, e foi daí que surgiu o Yalodê”, conta.

O estabelecimento ficou fechado durante todo o período de suspensão das atividades comerciais, obedecendo aos decretos vigentes para conter a propagação do vírus, entretanto, para continuar atendendo as clientes, a empreendedora passou a usar as ferramentas digitais, como WhatsApp e Instagram, para dar dicas de cuidados e manutenção sem precisar ir até o salão.

* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO



PIB volta a crescer na Bahia após três anos, aponta IGBE

INCREMENTO A Bahia voltou a apresentar crescimento no seu Produto Interno Bruto (PIB) após três anos. O levantamento foi realizado pelo IBGE, que divulgou os dados nesta sexta-feira. Segundo o instituto, o PIB baiano para o ano de 2018 foi estimado em R\$ 286,24 bilhões - deste total, R\$ 250,53 bilhões equivalem ao valor adicionado bruto (renda líquida gerada pelas atividades econômicas) e R\$ 35,7 bilhões são de impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. Os números apontam um avanço de 2,3% para a economia baiana, entre 2017 e 2018, voltando a crescer após três anos sem apresentar um resultado positivo.

Foram dois anos consecutivos de recuo: de 2014 para 2015, o recuo foi de -3,4%, e de 2015 para 2016, de -6,2%. Depois, houve um ano de estabilidade, de 2016 para 2017. A Bahia é o 10º estado brasileiro com melhor desempenho em relação a crescimento do PIB. Entre 2017 e 2018, o Brasil apresentou seu segundo avanço consecutivo (1,8%), com crescimentos em 26 estados. O único negativado foi Sergipe (-1,8%), que também registrou retração da economia. Com o crescimento verificado em 2018, a Bahia manteve sua participação de 4,1% no valor do PIB nacional, ostentando a 7ª maior economia do país e a maior do Norte/Nordeste.



IBC-Br sobe 9,47% no terceiro trimestre

RECUPERAÇÃO Com o quinto mês consecutivo de melhora na atividade econômica, o Banco Central informou na sexta-feira, 13, que seu Índice de Atividade (IBC-Br) registrou alta de 9,47% no acumulado do terceiro trimestre de 2020 - meses de julho a setembro -, na comparação com o trimestre de abril a junho, pela série ajustada sazonalmente.

O BC informou ainda que o IBC-Br acumulou baixa de 3,00% no acumulado de julho a setembro de 2020 ante o mesmo período de 2019, pela série sem ajustes sazonais.

Conhecido como uma espécie de "prévia do BC para o PIB", o IBC-Br serve mais precisamente como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos

●● Nossa hipótese de trabalho é que a pandemia está descendo e a vacina está chegando. São duas notícias positivas do lado da saúde e da economia

Paulo Guedes

Ministro da Economia

meses.

A projeção atual do BC para a atividade doméstica em 2020 é de retração de 5,0%. Este cálculo foi divulgado por meio do Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de setembro.

No Relatório de Mercado Focus divulgado pelo BC na última segunda-feira, 9, a projeção é de queda de 4,80% do PIB em 2020. O Focus reúne as projeções dos economistas do mercado financeiro.

Com esses dados, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou na sexta-feira que acabara de receber a notícia de a economia brasileira está saindo, oficialmente, da recessão. "Nossa hipótese de trabalho é que a pandemia está descendo e a vacina está chegando. São duas notícias positivas do lado da saúde e da economia", comemorou, no início da sua participação no segundo dia do 39º En-

contro Nacional de Comércio Exterior (Enaex).

Do lado da economia, ele citou como um dos indicadores que corroboram a saída da recessão a geração de 300 mil empregos em setembro, seguida da abertura de 100 mil novos postos em julho e outros 200 mil em agosto.

"O ritmo é tão forte que acho difícil mantê-lo", disse Guedes.

O ministro, no entanto, completou que como a economia está saindo da recessão, a tendência é a de ocorrer menor perda de empregos daqui para frente do que se perdeu nas duas últimas recessões.

"Estamos atravessando esta crise com menos prejuízos que nas crises anteriores, o que mostra que nossos erros de políticas econômicas foram mais prejudiciais à economia do que a pandemia", afirmou Guedes.

Caixa conclui liberação de saques do FGTS emergencial

APAGÃO A Caixa Econômica Federal (CEF) liberou no sábado os saques e transferências do FGTS emergencial para trabalhadores nascidos em novembro e dezembro, que tiveram o depósito de até R\$ 1.045 do FGTS feito em poupança social digital do banco no últimos dias 14 e 21 de setembro.

Com isso, a Caixa encerra o

calendário de pagamentos e saques do FGTS emergencial, e todos os trabalhadores que tiveram créditos feitos já poderão movimentar livremente os valores. Todos já podiam usar os recursos para pagamento de contas e compras por meio do cartão virtual.

Os trabalhadores que ainda não receberam ou que tenham optado por não resga-

tar o dinheiro têm até o final do ano para se habilitarem para poder sacar o valor de R\$ 1.045.

A Caixa alerta que para receber o Saque Emergencial do FGTS é preciso estar com os dados cadastrais atualizados. A habilitação ao saque emergencial do FGTS poderá ser realizada até o dia 31 de dezembro.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,4246	R\$ 5,4756
Dólar Turismo	R\$ 5,4530	R\$ 5,6270
Euro Turismo	R\$ 6,3930	R\$ 6,6730

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	104.725,00	+2,8%

POUPANÇA

16/11/2020 0,155%

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.045,00

INFLAÇÃO

	Outubro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,94%	2,31%	3,53%
INPC/IBGE	0,89%	2,95%	4,77%
IGP-M/FGV	3,23%	18,10%	20,93%

BOLSA

3,76%

Foi o ganho acumulado da Ibovespa na semana, estendendo o do mês a 11,46% e limitando as perdas do ano a 9,44%. O giro financeiro totalizou R\$ 33,5 bilhões na sessão, com o Ibovespa saindo de mínima na abertura a 102.508,77 e chegando na máxima aos 104.725,79 pontos.

As contas que os prefeitos verão

As cidades estão com suas contas em situação melhor do que os estados, apesar da pandemia. Mas nem por isso os prefeitos eleitos no domingo (15) ou no segundo turno podem relaxar. O ano que vem será difícil. Neste ano de pandemia, as receitas próprias dos grandes municípios caíram, mas as transferências da União aumentaram e compensaram a queda. O resultado é uma situação boa diante da crise econômica que o país vive. Uma das fontes mais importantes de arrecadação das cidades é o ISS, mas o setor de serviços está se recuperando de forma lenta, incerta e heterogênea.

Para entender como estão as contas das cidades, cujo destino está sendo disputado nas eleições que começam no domingo, conversei com a Se-

cretaria do Tesouro e uma economista especializada no assunto, Vilma Pinto. O que eles disseram vai na mesma direção. Quem olha os números das prefeituras do país pode ficar com a impressão de que está tudo bem e que há base para os planos que os candidatos têm oferecido na tentativa de atrair o eleitor. Serão anos difíceis, na verdade, que vão exigir muito do administrador. As receitas estão no azul, na maioria das capitais, mas a transferência da União deste ano foi um caso excepcional. Ela não se repetirá à frente.

É muito difícil analisar o quadro fiscal dos municípios, explica Vilma, porque a situação é heterogênea, e os critérios de registrar despesas de pessoal são diferentes. Uma das coisas que o Plano Mansueto tentava

Quem olha os números das prefeituras do país pode ficar com a impressão de que está tudo bem

era uniformizar essas estatísticas de gastos com ativos e inativos. De qualquer maneira, ela analisou a situação das capitais.

— Fiz um gráfico mostrando a evolução da receita tributária própria das capitais e a receita da transferência. A gente consegue ver claramente

que houve desaceleração muito forte na arrecadação dos impostos das cidades, puxada pelo ISS, e ao mesmo tempo o aumento do apoio financeiro que a União deu — diz Vilma Pinto, economista licenciada da FGV e hoje assessora da secretaria de Fazenda do Paraná.

No Tesouro, a avaliação também é de que todas as capitais tiveram aumento de receita, “o que para um ano de pandemia é surpreendente”. Houve três canais de socorro às cidades. Aumento do Fundo de Participação dos Municípios, ajuda direta, e alívio financeiro. Mas o relatório enviado pelo Tesouro à coluna registra que “o patamar de despesa de pessoal inspira cuidados”.

Depois de analisar os dados de 4.712 municípios, Vilma Pinto concluiu que as receitas orçamentárias cresceram 0,8% de janeiro a agosto deste ano, sobre o mesmo período do ano passado, em termos reais. Mas enquanto as receitas tributárias caíram 4,9%, com uma perda de R\$ 5 bilhões, as transferências da União subiram 19%, cerca de R\$ 22 bilhões. Olhando apenas para as contas das capitais, percebe-se no gráfico a

“boca de jacaré” que se abriu entre essas duas fontes de receitas. O risco é o que pode acontecer em 2021.

— Ano que vem não teremos essas transferências e com cenário de recuperação mais lenta e sem o apoio da União, qualquer eventual queda de arrecadação terá que ser acomodada por eles próprios — explicou Vilma.

Pelo lado da despesa, o Rio é a única das capitais que gasta mais do que o permitido com pessoal quando se faz a conta pela despesa líquida. Dá 54,8%, quando o limite é 54%. O problema é que cada cidade tem um critério do que desconta do gasto. Na despesa bruta com pessoal ativo e aposentados, o Rio gasta 76,4%. Ou seja, tudo isso só para pagar pessoal.

— No curto prazo vai ser difícil fazer investimentos sociais, os primeiros dois anos serão de arrumação da casa — calcula a economista.

Dependendo do critério, há cidades em situação melhor do que as demais. Pelos dados do Tesouro, Belo Horizonte tem melhor saúde fiscal. Seguida de São Paulo. De qualquer maneira, esse não será um mandato fácil para os vencedores das eleições.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Reforma da Previdência faz 1 ano com queda em aposentadorias

CONCEDIDAS Há um ano, entrou em vigor a reforma da Previdência, por meio da Emenda Constitucional 103, que trouxe mudanças importantes para a aposentadoria de trabalhadores do setor privado e servidores públicos federais.

Entre as mudanças estão a fixação de idade mínima para se aposentar (65 anos para homens e 62 para mulheres), regras de transição para o trabalhador ativo e a média de todos os salários recebidos para o cálculo do benefício.

Com isso, o número de aposentadorias concedidas diminuiu desde a entrada em vigor da reforma. Em setembro de 2019, o total de aposentadorias concedidas foi de 152,2 mil. Em setembro deste ano, foram 95,8 mil, queda de 37%, de acordo com o G1.

Boa parte da economia prevista com a reforma já foi

praticamente consumida pelos gastos do governo para enfrentar o coronavírus. Para especialistas ouvidos pela Agência Estado, a reforma acabou dando sustentação ao governo para gastar até agora R\$ 322 bilhões com o pagamento do auxílio emergencial para a população mais pobre sobreviver aos efeitos da pandemia. Se não fosse a reforma, as incertezas futuras com a trajetória da dívida pública, que se acentuaram nos últimos meses, seriam maiores, impondo condições ainda mais adversas para o Tesouro Nacional emitir títulos e se financiar no mercado

O governo estima até agora um impacto de R\$ 615 bilhões no Orçamento com as medidas adotadas na pandemia, entre mais gastos e renúncias de receitas, enquanto a previsão de economia da reforma é de R\$ 800,3 bilhões em dez anos.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 14 e 15/11/2020	Página: 02

Tribuna

Raio Laser

Resposta

Após o governador Rui Costa (PT) e o vice-governador João Leão (PP) criticarem os resultados de uma auditoria que apontou o sobrepreço de R\$ 241,4 milhões no orçamento da Ponte Salvador-Itaparica, o Tribunal de Contas do



João Leão

Estado (TCE-BA) saiu em defesa de técnicos do órgão. "Diante de notícias veiculadas recentemente, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia vem a público reiterar a capacidade técnica de seus auditores, inclusive para a realização de avaliação de obras e serviços de engenharia para as denominadas Parcerias Público-Privadas (PPP)", disse o TCE-BA, em nota divulgada ontem, mostrando que não recuará diante do relatório sobre a construção da Ponte Salvador-Itaparica.

Contrato

O embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, usou as redes sociais para parabenizar a Bahia pela assinatura do contrato para a construção da Ponte Salvador-Itaparica. O compromisso para execução da obra foi firmado entre o Governo do Estado e as empresas China Communications Construction Company (CCCC Ltd), CCCC South America Regional Company (CCCCSA) e China Railway 20 Bureau Group Corporation (CR20)

Ponte

"Meus parabéns para a assinatura do contrato da Ponte Salvador-Ilha Itaparica, de 12 km de extensão, a maior marítima da América Latina, com investimento de R\$ 7,3 bilhões das empresas chinesas. O projeto dará um novo impulso para o crescimento e o turismo do Estado da Bahia", escreveu o embaixador no Twitter. O governador Rui Costa compartilhou a publicação em sua rede social. Com 12,4 quilômetros de extensão, o equipamento terá investimento de R\$ 5,4 bilhões e aporte do Estado de R\$ 1,5 bilhão, via parceria público-privada.

PIB

O Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm) da economia baiana cresceu 2,3% em 2018, ao passo que o PIB nacional cresceu 1,8%. As informações foram divulgadas nesta sexta-feira (13) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referência 2010, em parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), e mostram que o PIB apresentou em 2018 valor de R\$ 286 bilhões, sendo R\$ 251 bilhões Valor Adicionado a preço básico (VA) e de aproximadamente R\$ 39 bilhões o Imposto sobre Produto Líquido de Subsídios em 2018. O PIB per capita baiano foi de R\$ 19.324 no ano. Foi a segunda maior renda da região nordeste, atrás apenas de Pernambuco. Desde 2010, o per capita da Bahia ocupou a quarta posição da região. Em âmbito nacional, o PIB per capita foi R\$ 33.594.

Impostos

Entre os componentes do PIB pela ótica da produção, o valor adicionado bruto teve variação em volume de 2,5% e os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos cresceram 1,3%. Em termos de participação, o estado

públicos e governantes. A incapaz de enxergar um "ê do próprio umbigo e de interesses pessoais". Ponto. Logo sobre isso, agora, ao ver o insolente e ofensiva – em posseiro – frequente nesta taques inqualificáveis, em meio da linha da cintura rentes. A desqualificação implícita, em lugar do debate de ideias e de princípios. Não se trata de, mas soa irônico, que a mais virulenta e tosca – à frente centrista para entre extremos da direita à

representou 4,1% da economia nacional em 2018 e manteve-se na 7ª posição, entre as Unidades da Federação. A Agropecuária, com crescimento de 15,9% em volume, obteve a maior variação entre os três grupos de atividades que compõem a economia baiana. Como resultado da variação em volume, a participação da Agropecuária no valor adicionado bruto elevou-se, de 6,7%, em 2017, para 7,6%, em 2018.

Tribuna

Turismo vive boa expectativa para o verão

YURI ABREU
REPORTER

Ainda que seja praticamente certo que não haverá Carnaval em fevereiro de 2021, assim como não devemos ter o réveillon nos moldes atuais, em uma festa sendo transmitida através de uma live, Salvador ainda tem motivos para esperar por bons resultados para o verão. A retomada dos voos para a capital baiana, assim como a crescente ocupação hoteleira são um sinal de que, mesmo sem grandes atrações – até para evitar aglomerações e disseminação da Covid-19 –, a cidade continuará convidativa aos turistas, devido as belezas naturais, cultura e gastronomia.

E, não apenas a capital baiana como também Porto Seguro, no sul do estado, também deve ser outro destino bastante procurado por quem visita o litoral da Bahia. De acordo com um recente levantamento feito por um site de pesquisa de passagens aéreas, as duas cidades estão entre as dez do país buscadas entre àqueles que têm o

desejo de viajar no próximo ano. Aliás, neste levantamento, somente três estavam fora do Nordeste: Florianópolis, Rio de Janeiro e São Paulo.

Ainda em Porto Seguro, diferente de Salvador, a Prefeitura da cidade liberou realização de festas de fim de ano e estima a realização de mais de 40 eventos do tipo. Porém, a produção deve garantir que os protocolos de saúde sejam seguidos, com cada local funcionando de acordo com limite do espaço, não podendo ocupar mais que 60% da capacidade. O decreto foi publicado ontem no Diário Oficial do município.

De acordo com a Secretaria de Turismo da Bahia (Setur), o setor está tendo um crescimento gradativo das atividades e, a cada feriado, é possível perceber, através da ocupação hoteleira, o respectivo comportando. Em Salvador, no feriado de 7 de setembro (Independência do Brasil), a ocupação foi de 36,83%. No feriado de 12 de outubro (Nossa Senhora Aparecida) este índice

subiu para 62%.

Além disso, em destinos como Porto Seguro, Praia do Forte, Itacaré, Morro de São Paulo e Mucugê, a ocupação bateu 100%. Por isso, a expectativa é de crescimento para o final de ano, ainda que não se tenha uma expectativa. A malha aérea também voltou a crescer e, outubro, em relação a setembro, teve crescimento de 50% e a previsão é que se chegue dezembro com 60%, conforme o órgão estadual.

"Aliado a isso, o IBGE divulgou uma pesquisa em que as atividades características do turismo cresceram em setembro, 33,8% frente a agosto, muito acima do da média nacional que foi de 11,5%. Em condições normais, Salvador recebe cerca de 30% dos turistas que a Bahia recebe, em seguida vem Porto Seguro", informou a assessoria de comunicação da Setur.

MAIOR TAXA

Em setembro de 2020, o índice de atividades turísticas na Bahia cresceu 33,7% frente a agosto, a maior variação

positiva do país na base comparativa. As informações foram divulgadas na última quinta-feira, através da Pesquisa Mensal de Serviços (PMC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sistematizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Em relação à receita nominal, todas as 12 unidades da federação marcaram o mesmo ritmo de crescimento, nessa comparação a Bahia registrou a maior variação positiva (33,7%). Para Fausto Franco, secretário do Turismo do Estado, o resultado positivo é fruto da reabertura dos destinos turísticos após longo período de quarentena, com empreendimentos seguindo protocolos de biossegurança para oferecer boa experiência aos visitantes. "Além do estímulo às viagens de carro, a retomada dos voos para a Bahia é um fator importante para a recuperação. A expectativa era que as companhias operassem com 50% da oferta e agora já chegamos a 60%", afirmou.

'Prévia' do PIB do BC aponta alta de 9,47% no terceiro trimestre

ALEXANDRO MARTELLO, G1 —
BRASÍLIA

A economia brasileira voltou a crescer no terceiro trimestre deste ano e, com isso, saiu da chamada "recessão técnica". É o que indicam informações divulgadas pelo Banco Central.

Segundo o Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) — indicador considerado com uma "prévia" do resultado do Produto Interno Bruto (PIB) — a economia registrou um crescimento de 9,47% no terceiro trimestre, na comparação com os três meses anteriores.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da econo-

mia. Dois trimestres seguidos de queda do nível de atividade (registrados neste ano) representam uma recessão técnica, que foi superada, segundo indicam os números prévios do BC.

O resultado oficial do PIB no terceiro trimestre deste ano, porém, será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) somente em 3 de dezembro.

Os resultados do IBC-Br, neste ano refletem os efeitos da pandemia do novo coronavírus, sentidos com maior intensidade na economia em março e abril. De maio em diante, os números mostram o início de uma retomada da economia, puxada, entre outros fatores, pelo auxílio emergencial.

Em análise recente, o BC informou que "programas governamentais de recomposição de renda têm permitido uma retomada relativamente forte do consumo de bens duráveis e do investimento".

O ministro da Economia, Paulo Guedes, comentou na manhã desta sexta os dados do BC e afirmou: "É um fato que o Brasil está saindo da recessão".

"O Brasil está saindo da recessão, o Brasil está voltando com força, e a perda de empregos vai ser menor do que na última recessão. Na hora da maior pandemia, o Brasil está conseguindo atravessar essa onda com uma perda de empregos menor do que aconteceu com as auto impostas recessões do pas-

sado", disse.

MÊS A MÊS E PARCIAL DO ANO

De acordo com o IBC-Br, somente em setembro deste ano, a economia brasileira mostrou crescimento de 1,29% na comparação com agosto. O número foi calculado após ajuste sazonal. Esse foi o quinto mês seguido de crescimento do indicador, na comparação com o mês anterior.

Mesmo assim, os números do Banco Central também mostram que o nível de atividade ainda não voltou ao patamar de fevereiro, registrado antes da pandemia do novo coronavírus.

O vídeo abaixo mostra como o Brasil chegou ao tomo recorde do PIB registrado no segundo trimestre

deste ano, de uma queda de 9,7% na comparação com os primeiros três meses de 2020.

Com o crescimento registrado em setembro, o IBC-Br atingiu 136,34 pontos, abaixo do patamar de fevereiro, ou seja, de antes da pandemia (139,80 pontos).

No acumulado dos nove primeiros meses deste ano, o índice de atividade econômica registra queda de 4,93% — sem ajuste sazonal.

Em 12 meses até setembro de 2020, houve queda de 3,32% — também sem ajuste sazonal.

PIB X IBC-BR

Os resultados do IBC-Br são considerados uma "prévia do PIB". Porém, nem sempre mostram proximida-

de com os dados oficiais do Produto Interno Bruto.

O cálculo dos dois é um pouco diferente. O indicador do BC incorpora estimativas para a agropecuária, a indústria e o setor de serviços, além dos impostos.

O IBC-Br é uma das ferramentas usadas pelo BC para definir a taxa básica de juros do país. Com o menor crescimento da economia, por exemplo, teoricamente haveria menos pressão inflacionária.

Atualmente, a taxa Selic está em 2% ao ano, na mínima histórica. O BC indicou, na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), manutenção da taxa básica da economia nesse patamar nos próximos meses.

Tribuna

Economia tem recuperação recorde

Em setembro, a indústria brasileira engatou o quinto mês seguido de aumento da produção

CAMILA MOREIRA, REUTERS

A economia brasileira mostrou recuperação com crescimento recorde no terceiro trimestre diante do relaxamento das medidas de contenção ao coronavírus e auxílio do governo, mas insuficiente para compensar as perdas históricas nos três meses anteriores sob os efeitos da pandemia.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado sinalizador do Produto Interno Bruto (PIB), registrou alta de 1,29% em setembro sobre o mês anterior, acima da expectativa em pesquisa da Reuters de avanço de 1,0%.

Com isso, o indicador encerrou o período de julho a setembro com ganho recorde para a série histórica iniciada em janeiro de 2003 de 9,47% sobre os três meses anteriores. Mas o resultado não foi suficiente para apagar o mergulho de 10,18% no segundo trimestre em dado revisado pelo BC nesta sexta-feira.

O IBC-Br mostra que os maiores impactos da pandemia de Covid-19 foram sentidos em março e abril, com a atividade entrando em um

processo de recuperação desde então com a flexibilização das medidas de isolamento.

Ainda assim, a economia tem um longo caminho a percorrer. Na comparação com setembro de 2019, o IBC-Br apresentou perda de 0,77% e, no acumulado em 12 meses, teve queda de 3,32%, segundo números observados divulgados pelo BC.

A retomada econômica foi impulsionada por medidas do governo, destacadamente o pagamento de benefício a informais vulneráveis, com a ajuda do afrouxamento das medidas de isolamento.

Outros componentes para a melhora incluíram aumento do crédito, programa de proteção ao emprego e flexibilização monetária, com a taxa básica de juros Selic na mínima histórica de 2% ao ano.

Mas para além da pandemia, a situação fiscal do país também segue sendo um ponto de atenção e inspira cautela, somando-se às expectativas para ver como ficará o cenário com a retirada do suporte do governo e ao aumento da inflação.

"Os riscos para a atividade relacionam-se à Covid-19 e aperto das condições



A RETOMADA da economia foi impulsionada por medidas implementadas pelo governo

financeiras por conta da delicada situação fiscal. Por outro lado, o câmbio e as medidas de suporte do governo devem ajudar na sustentação da atividade ao longo do final do ano", avaliou o estrategista-chefe do banco digital modalmais, Felipe Sichel, em nota.

Em setembro, a indústria brasileira engatou o quinto mês seguido de aumento da produção, mas a recuperação das vendas varejistas perdeu força e o setor de serviços ainda não recuperou as perdas do ápice da

pandemia.

O governo estima que o PIB contraia 4,7% neste ano, no que seria o pior resultado da série histórica. O mercado calcula contração da economia de 4,80% este ano e avanço de 3,31% em 2021, de acordo com a pesquisa Focus do Banco Central.

Nesta semana, o ministro da Economia, Paulo Guedes, estimou que o PIB brasileiro pode subir até 4% no ano que vem, e voltou a avaliar que a retomada pós-crise está surpreendendo-o.

Tribuna

“Se o país não for bem tratado cá, vamos para lá”

Se o país não for bem tratado no ocidente, voltará suas atenções comerciais à Ásia, afirma o ministro Guedes

MARCELAAYRES, REUTERS

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que se o país não for bem tratado no ocidente, voltará suas atenções comerciais à Ásia, ao mesmo tempo em que reconheceu que o aprofundamento da relação com os Estados Unidos dependerá da política.

Ao participar virtualmente do Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex), ele defendeu que o Brasil precisa ampliar sua presença no agronegócio mundial e que olhar para o oriente faz sentido dentro

dessa estratégia.

“Se nós conseguimos ter com a Índia o mesmo fluxo de comércio que temos com a China, o Brasil estará alimentando metade da população do planeta”, disse.

“Então toda atenção aos americanos, toda atenção aos europeus, mas o Brasil já se moveu e já está indo para o ponto futuro. O eixo de crescimento do mundo está na Ásia, se nos tratarem mal do lado de cá, nós vamos para o lado de lá. E o Brasil quer dançar com todo mundo”, completou.

Especificamente sobre os Estados Unidos, o ministro pontuou que

houve acordo fechado recentemente, em menção a um Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica para ampliar os fluxos bilaterais de comércio e investimento, assinado em outubro.

“Vamos ver o desenvolvimento aí à frente, dependendo da política. Mas nós estamos totalmente abertos a aprofundar as nossas ligações comerciais”, disse.

Os termos do acordo foram assinados às vésperas das eleições norte-americanas. Entusiasta do atual presidente Donald Trump, o presidente Jair Bolsonaro ainda não

reconheceu a vitória do democrata Joe Biden no pleito.

Nesta semana, Bolsonaro afirmou que somente a diplomacia pode ser insuficiente para contornar o embate em relação à proteção da Amazônia, após se referir indiretamente a declarações de Biden sobre levantar barreiras comerciais contra o Brasil para interromper o que o norte-americano chamou de destruição da floresta.

Guedes frisou que a pauta ambiental é importante e que o Brasil precisa se engajar na utilização sustentável dos recursos naturais. Segundo o ministro, é

necessário descobrir formas verdes de avançar economicamente na região amazônica.

Ele reiterou, contudo, que países protecionistas que querem impedir o avanço da agricultura brasileira têm feito uso político do tema.

“Nós temos a matriz energética mais limpa do mundo, nós temos a maior área de preservação ambiental das maiores economias do mundo. Evidentemente temos que aperfeiçoar nossos sistemas sempre, tentando melhorar o tempo inteiro, mas não podemos aceitar a ideia de que nós, em um ano e meio (de governo) é que

estamos alterando o clima do planeta. Não é verdade, são narrativas políticas e nós temos que estar atentos a isso”, disse.

Sobre a retomada econômica no país, Guedes avaliou que o ritmo de criação de empregos no país está tão forte que talvez seja difícil mantê-lo.

“É um fato que Brasil está saindo da recessão”, disse o ministro.

O ministro reforçou que o governo não descumprirá o teto de gastos, o que classificou como uma “barreira contra a irresponsabilidade”, e afirmou que os impostos não serão elevados.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 16/11/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 16 de Novembro de 2020 - 10:20

Sistema de pagamento via Pix passa a vigorar de maneira irrestrita para todos os clientes

Após 12 dias de operação restrita a clientes selecionados pelas instituições financeiras, o sistema de pagamentos via Pix, criado pelo Banco Central, entra no ar nesta segunda-feira (16) para todo mundo.

A ideia do BC é que ele torne as transações financeiras mais simples e rápidas - as pessoas terão apenas de cadastrar uma "chave" (senha individual) no banco no qual têm recursos depositados e usar o próprio telefone celular para efetuar pagamentos ou transferências.

Para o BC, a entrada do novo sistema de pagamentos tem potencial de provocar uma mudança significativa no País. Entre outros pontos, a instituição acredita que o Pix vai baixar o custo e aumentar a segurança das transações; elevar a competitividade e a eficiência do mercado; incentivar a digitalização dos pagamentos no varejo; e promover a inclusão financeira da população.

Também tem o potencial de reduzir o dinheiro em espécie em circulação, o que já traria uma boa economia. "O papel-moeda é caro para autoridade monetária e para sistema financeiro. Transportar papel-moeda em um país continental é caríssimo, estimamos um gasto de cerca de R\$ 10 bilhões por ano com empresas de transporte de valores, sem contabilizar outros custos de segurança pública", disse, na semana passada, o diretor de organização do sistema financeiro e resolução do Banco Central, João Manoel Pinho de Mello.

O Pix é um sistema de pagamentos instantâneos criado pelo Banco Central. É um meio de pagamento, assim como são os boletos, a TED, o DOC, as transferências entre contas e os cartões de pagamento (de débito ou de crédito). A diferença é que o novo sistema permite que a operação seja feita em qualquer horário e com mais rapidez.

A expectativa do Banco Central é de que as operações sejam liquidadas em até 10 segundos. Isso significa que, quando um cliente pagar um restaurante durante a madrugada com o Pix, o dinheiro cairá quase instantaneamente na conta do estabelecimento. O Pix não é um aplicativo, mas um meio de pagamento que será oferecido pelos prestadores de serviço de pagamento, como bancos e fintechs, em seus diversos canais de acesso, principalmente o celular.

Veículo: Bocão News	
Data: 13/11/2020	Caderno: Economia E Mercado



"Brasil está, oficialmente, saindo da recessão", afirma Paulo Guedes



13 de Novembro de 2020 às 15:40 Por: Reprodução/Alan Santos/PR Por: Redação BNews

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta sexta-feira (13) que está o Brasil está oficialmente saindo da recessão. De acordo com informações do portal UOL, a declaração foi dada durante participação no 39º Encontro Nacional do Comércio Exterior (Enaex).

"Recebemos hoje a notícia de que o Brasil está, oficialmente, saindo da recessão", disse. Guedes disse que sua "hipótese de trabalho" é que as contaminações pelo novo coronavírus estão em queda e que a vacina para a Covid-19 "está chegando".

Para o ministro, o governo tem cerca de um ano e meio para transformar a retomada da economia em crescimento sustentável. "Em vez de uma onda de consumo, em uma forte recuperação cíclica, o desafio é transformar isso na ampliação da capacidade produtiva", disse.

Guedes ressaltou que o país criou 300 mil empregos em setembro. Segundo o ministro, o "ritmo está tão forte que talvez seja difícil manter" a criação de emprego nesse patamar. Ele também voltou a defender o teto de gastos, e disse que não aumentará impostos.

Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 16/11/2020	



Mercado financeiro eleva previsão de inflação para 3,25% e vê tombo menor do PIB em 2020, de 4,66%

Os economistas do mercado financeiro elevaram sua estimativa de inflação para 2020, pela décima quarta semana seguida, e também passaram a estimar uma queda menor do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano.

As projeções fazem parte do boletim de mercado conhecido como relatório Focus, divulgado nesta segunda-feira, 16, pelo Banco Central (BC). Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras. Para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do País, a expectativa do mercado para este ano passou de 3,20% para 3,25%. Há um mês, estava em 2,65%.

No decorrer do ano, com a pandemia do novo coronavírus e a recessão na economia brasileira, o mercado baixou a estimativa de inflação. Nos últimos meses, porém, com a alta do dólar e com a retomada da economia, os preços voltaram a subir. Em setembro, a inflação oficial avançou 0,64%, a maior alta para o mês desde 2003. Em outubro, subiu para 0,86%, a maior desde 2002.

Apesar da alta, a expectativa de inflação do mercado para este ano segue abaixo da meta central, de 4%, e acima do piso do sistema de metas, que é de 2,5% em 2020. Pela regra vigente, o IPCA pode oscilar de 2,5% a 5,5% sem que a meta seja formalmente descumprida. Quando a meta não é cumprida, o BC tem de escrever uma carta pública explicando as razões.

A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic). Para 2021, o mercado financeiro subiu de 3,17% para 3,22% sua previsão de inflação. No ano que vem, a meta central de inflação é de 3,75% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2,25% a 5,25%.

Sobre o comportamento da economia brasileira em 2020, os economistas do mercado financeiro baixaram sua estimativa de tombo do PIB de 4,80% para 4,66%. Há quatro semanas, a estimativa era de baixa de 5%. Para 2021, o mercado manteve em 3,31% a estimativa de expansão do PIB.

A expectativa para o nível de atividade foi feita em meio à pandemia, que tem derrubado a economia mundial e colocado o mundo no caminho de uma recessão. Nos últimos meses, porém, indicadores têm mostrado uma retomada da economia brasileira.

Após a manutenção da taxa básica de juros em 2% ao ano no fim de outubro, o mercado segue prevendo estabilidade na Selic neste patamar até o fim deste ano. Para o fim de 2021, a expectativa do mercado ficou estável em 2,75% ao ano. Isso quer dizer que os analistas seguem estimando alta dos juros no ano que vem.

Estadão

Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 16/11/2020	



16 de novembro de 2020 | 07:05

Pix: novo sistema de pagamento instantâneo entra em funcionamento

economia

Depois da fase de operação restrita, o Pix, sistema de pagamento instantâneo entra em funcionamento pleno hoje (16). Todas as pessoas e empresas com conta corrente, poupança ou conta de pagamento pré-paga em uma das 762 instituições aprovadas pelo Banco Central já podem fazer transferências pelo novo sistema que vai funcionar por 24h todos os dias.

Desde o dia 5 de outubro, pessoas e empresas estão fazendo o cadastro das chaves Pix, para identificar a conta para receber pagamentos e transferências. E a fase restrita de operação ocorreu de 3 a 15 deste mês, com horários específicos para fazer as transações, disponível apenas para alguns clientes selecionados pelas instituições financeiras.

Segundo o Banco Central, não há limite mínimo para pagamentos ou transferências via Pix. As instituições que ofertam o Pix podem estabelecer limites máximos de valor para reduzir de riscos de fraude, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

Para fazer transferência ou pagamento, bastar ter a chave de quem vai receber o dinheiro, em vez de informações sobre agência, conta e dados pessoais do recebedor.

A chave Pix previamente cadastrada pode ser CPF, CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória (uma sequência alfanumérica gerada aleatoriamente que poderá ser utilizada por usuários que não queiram vincular seus dados pessoais às informações de sua conta). O recebedor também pode gerar QR Codes.

O Pix deve ser gratuito para pessoas físicas nas operações de transferência e de compra. As exceções serão o recebimento de vendas de produtos e de serviços, que poderão ser tarifadas pelas instituições financeiras.

Também pode haver cobrança se os clientes (pessoas físicas e jurídicas) que, podendo fazer a transação por meio eletrônico (site ou aplicativo), preferir fazê-la presencialmente ou por telefone. Nesse caso, as instituições poderão cobrar tarifas.

Em relação às pessoas jurídicas, as instituições financeiras poderão cobrar tarifa tanto no envio como no recebimento de dinheiro por meio do Pix. Serviços acessórios ligados ao pagamento e ao recebimento de recursos também poderão ser tarifados.

Agência Brasil

Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 13/11/2020	



Brasil perde vice-presidência no BID e fica fora do alto escalão

economia

O Brasil é o principal cliente do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e um de seus principais acionistas. A posição de destaque fez com que o país sonhasse em eleger o presidente da instituição, criada no pós-guerra para desenvolver os países latino-americanos.

Para atender a um pedido de Donald Trump, no entanto, o Brasil cedeu vaga, criando um problema diplomático com os vizinhos da região.

Nesta sexta (13), o Brasil sofreu mais um revés. O novo presidente, o americano Maurício Claver-Carone, aliado de Trump e que recebeu o voto favorável do Brasil, retirou o país das vice-presidências do banco.

Em vez de indicar um brasileiro, Claver-Carone optou pela hondurenha Reina Mejia para a vice-presidência-executiva, que, dizia-se, estava prometida ao Brasil.

Ele queria o nome de Alexandre Tombini, que foi presidente do Banco Central no governo Dilma Rousseff, mas a ideia foi rejeitada pelo ministro Paulo Guedes (Economia) pelo passado petista do indicado.

As demais vagas ficaram com o Equador, o Paraguai e com a Argentina. Ironicamente, o presidente argentino Alberto Fernández foi um dos principais organizadores da oposição a Trump na eleição do BID e foi derrotado.

Até então o Brasil tinha vaga de vice-presidente de países, com Alexandre Rosa, destituído também nesta sexta.

O governo brasileiro ainda sonha com a possibilidade de que o trumpista apoie o Brasil na indicação de um nome para o BID Invest, braço de investimentos do BID.

Mas com a vitória de Joe Biden o cenário é considerado mais difícil para integrantes da diplomacia brasileira e se torna ainda pior dada a resistência de Jair Bolsonaro em reconhecer a vitória do democrata.

EUA e Brasil somam cerca de 20% dos votos no BID Invest, posição menor do que no BID (41%). Soma-se a isso o desgaste com os vizinhos por ter apoiado uma ruptura na eleição da instituição, que pela primeira vez tem um americano no comando, quebrando uma tradição construída ao longo de 60 anos.

Camila Mattoso/Folhapress

Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 13/11/2020	



PIB aumentou acima da média nacional em 15 estados em 2018

economia

Os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) de 2018 mostram que 15 estados tiveram aumento do volume acima da média nacional de 1,8%. A maior alta foi no Amazonas (5,1%) e Sergipe foi a única unidade da federação que perdeu volume do PIB., com uma queda de 1,8% no quarto ano seguido de resultado negativo. Nos outros estados, as altas ficaram abaixo do índice nacional.

Os dados integram as Contas Regionais 2018, publicadas hoje (13) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que são elaboradas em parceria com órgãos estaduais de estatística, secretarias estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

De acordo com o IBGE, com o maior crescimento de volume, o Amazonas é um exemplo do bom resultado do Norte do país, região onde houve a maior elevação em volume do PIB (3,4%). Entre os cinco primeiros do ranking, estão os estados nortistas de Roraima (4,8%) e de Rondônia (3,2%).

Para o técnico do instituto Luiz Antônio de Sá, fatores diferentes contribuíram para o crescimento em cada um desses estados. No Amazonas, que tem um perfil considerado atípico na região, em consequência da forte influência da atividade de indústrias de transformação, o segmento de equipamentos de informática influenciou o avanço de 8,8% na passagem de 2017 para 2018. “Por conta da Zona Franca de Manaus, o estado tem um destaque não só regional, como nacional”, afirmou.

O perfil de Roraima é mais concentrado nas atividades de serviço, que impulsionadas principalmente pelo comércio e pela administração pública, tiveram alta de 4,4%. “Houve um crescimento populacional importante, um movimento de recebimento de imigrantes, e isso acabou influenciando no consumo”, disse o técnico.

No outro destaque da região, Rondônia também registrou crescimento nas atividades industriais (4,8%), impulsionado pela geração de energia elétrica. Mato Grosso (4,3%) e Santa Catarina (3,7%) completam o ranking dos cinco primeiros estados com melhor desempenho.

Perdas

Questões de condição climática adversas em 2018 e o desempenho econômico contribuíram para o resultado negativo em Sergipe, que teve queda 1,8%, no quarto ano seguido com resultado negativo. . “A falta de chuvas provocou uma queda brusca na produção agrícola do estado e a agricultura perdeu 34,7% em volume”, disse Sá.

Ainda no estado, as atividades de serviços também influenciaram o desempenho abaixo da média nacional e contribuíram para a queda. Esse é o grupo de atividade que mais cresceu na economia nacional e foi muito influente, sobretudo em estados com indústria menos desenvolvida, como é o caso do Sergipe. O índice sergipano ficou abaixo da média nacional (2,1%), crescendo 0,2%. Mesmo não sendo tão influente no estado, a indústria também não contribuiu e teve recuo de 2,6%.

As Contas Regionais 2018 mostram ainda que alguns estados perderam participação no PIB nacional, como é o caso de São Paulo com menos 0,6 ponto percentual do total do país. Foi o segundo ano consecutivo, que a unidade da federação registrou a maior perda de valor relativo. “Geralmente, os estados maiores têm maior

capacidade de oscilações de participação. São Paulo teve uma queda de participação equivalente ao valor do PIB de Rondônia, por exemplo”, observou o técnico do IBGE.

Conforme o instituto, entre as atividades que contribuíram para a perda de participação de São Paulo, houve destaque para atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados. O estado representa mais de 50% do total nacional da atividade. “Essa atividade perdeu participação em 2017 e 2018, principalmente, por conta da diminuição das taxas de juros.”

Sudeste

A pesquisa mostrou também que a Região Sudeste, que é a mais habitada do país, foi a única com variação em volume inferior (1,4%) ao índice nacional. Nessa região, apenas o Espírito Santo (3%) cresceu acima da média nacional. Além do Norte (3,4%), houve avanço no Centro-Oeste (2,2%) e no Sul (2,1%). Já o Nordeste cresceu o mesmo que a média brasileira (1,8%).

O IBGE destacou que, mesmo com crescimento abaixo da média, o Sudeste aumentou sua participação na economia brasileira em 2018. Saiu de 52,9% para 53,1% em relação ao PIB nacional. A elevação tem relação com os desempenhos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, que somaram mais 0,6 e mais 0,3 ponto percentual, respectivamente, e foram os dois estados com maior acréscimo em valor relativo.

A Região Sul, por causa da contribuição de Santa Catarina, também avançou sua participação, com 0,1 ponto percentual. Já as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com queda de 0,1 ponto percentual cada, perderam participação no PIB.

Renda

A remuneração dos empregados, principal componente do indicador de renda, perdeu participação, na análise por essa ótica, em relação ao ano anterior a 2017. Passou de 44,3% para 43,6% do PIB brasileiro em 2018. De acordo com o IBGE, é o segundo resultado negativo consecutivo.

O motivo, segundo Sá, é a queda no número de ocupações com vínculo. A região que mais influenciou essa perda de participação foi o Sul, onde a participação da remuneração dos empregados era de 42,7% em 2017 e foi para 42% em 2018. No Sudeste, que sai de 43,9% para 42,8%, os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo foram os que puxaram o índice, por causa das indústrias extrativas.

Per capita

O PIB per capita do país em 2018 ficou em R\$ 33.593,82. O IBGE informou que o resultado significa aumento de 5,9% em valor na comparação com 2017, quando era R\$ 31.712,65.

O Distrito Federal permaneceu na liderança, com R\$ 85.661,39. O valor é cerca de 2,5 vezes maior que a média nacional. Entre os dez primeiros no ranking do PIB per capita, se destacam estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Agência Brasil

Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 13/11/2020	



Atividade econômica encolhe 4,93% no acumulado ano, diz indicador do BC economia

A atividade econômica encolheu 4,93% no acumulado do ano até setembro, segundo o indicador IBC-Br do Banco Central divulgado nesta sexta-feira (13). Na comparação com o mesmo mês do ano passado, a queda foi de 3,32%

Apenas em setembro, no entanto, houve alta de 1,29% em relação a agosto.

Com a reabertura dos comércios e flexibilização do isolamento social, a atividade segue em recuperação, observada desde maio, mas ainda não foi suficiente para alcançar os patamares registrados antes da pandemia do novo coronavírus.

O número mensal foi calculado com ajuste sazonal (que remove particularidades do período, como número de dias úteis, por exemplo) para facilitar a comparação com outros meses.

Em agosto, o índice apontou crescimento de 1,06% na economia.

Em março, quando o vírus chegou ao país, houve redução de 5,90% no setor produtivo, já sob efeito do isolamento social.

Com a população em casa, o consumo diminuiu em diversos setores, como serviços e turismo, e a atividade econômica despencou.

O ápice da crise foi em abril, quando a economia caiu 9,73%, pior nível desde outubro de 2006 e maior variação entre um mês e outro desde o início da série histórica, iniciada em 2003.

Maior já trouxe resultado positivo em relação a abril, de 1,3%, mas ficou aquém das expectativas do mercado, que era de 4,5%.

No terceiro trimestre, o índice teve alta de 9,47%, na comparação com o segundo, que teve o pior desempenho desde o início da pandemia – a queda na atividade chegou a dois dígitos e foi de 10,94% em relação ao primeiro trimestre do ano, puxado pelo resultado de abril.

O IBC-Br mede a atividade econômica do país e é divulgado desde março de 2010. Ele foi criado para auxiliar em decisões de política monetária, já que não existe outro dado mensal de desempenho do setor produtivo.

O indicador do BC leva em conta o desempenho dos principais setores da economia: indústria, agropecuária e serviços.

Veículo: IAF	Caderno: Notícias
Data: 16/11/2020	



**INSTITUTO DOS
AUDITORES FISCAIS
DO ESTADO DA BAHIA**

Agenda de Atividades do IAF semana 16 a 20 de novembro



Segue para conhecimento e oportunidade de participação, a agenda de atividades da Diretoria do IAF para a semana de 16 a 20 de novembro de 2020.

Para acessar a agenda desta semana clique em baixar no final do post.

Caso o filiado tenha interesse em participar de qualquer reunião programada, basta encaminhar e-mail para a Diretoria responsável pela organização (endereço consta na agenda), para fins de viabilização do pleito.

[Agenda 16 20 nov v2-1Baixar](#)

IAF – Trabalho e Transparência!

RH medieval

No Brasil e na China, salário é gasto, não investimento, portanto deve ser minimizado

Rodrigo Zeidan

Professor da New York University Shanghai (China) e da Fundação Dom Cabral. É doutor em economia pela UFPA

“Por favor, não conte para a minha chefe que estive aqui”, foi o que me disse uma funcionária da NYU Shanghai que veio me pedir conselhos sobre a carreira.

Assim como em muitas empresas no Brasil, há uma corrida pela mediocridade em organizações privadas na China. Essa corrida começa com a ideia de que o funcionário deve se dedicar à empresa, sem buscar receber ofertas dos concorrentes.

Pensar em mudar de empresa é visto como tração. Quan-

do alguém recebe uma oferta, os gestores ficam indignados, mas deixam a pessoa ir porque acreditam que sempre podem contratar alguém por um salário mais baixo.

Está assim montada a estrutura da corrida pela mediocridade. E quem patrocina isso? A diretoria de recursos humanos. Afinal, no modelo brasileiro (e chinês), salário é gasto, não investimento, portanto deve ser minimizado.

Não há real medição de desempenho e não se dá feedback honesto aos funcionários. Os

empregados não aceitam receber críticas. Quando alguém é criticado, em vez de ouvir, começa a se defender. Contrata-se um funcionário e espera-se que ele vá fazer o mesmo trabalho por anos a fio, sem plano de carreira.

Ao longo do tempo, os que têm valor no mercado acabam saindo por ofertas melhores, e só ficam os que não têm opção. Cria-se uma cultura de medo, na qual uma funcionária teme conversar sobre seu futuro com um colega.

Entre os novos contratados,

os que se destacam são vistos com ressentimento, pois já se prevê que o mercado vai roubá-los.

Mas um modelo diferente é possível. O principal requisito é um processo transparente de medição de produtividade, mas com desenho que não transforme tudo em números sem contexto. Afinal, há várias razões para um desempenho ruim de um funcionário em um mês, ou semestre, e tais flutuações já são esperadas como algo normal; afinal, ninguém é uma máquina.

Na minha universidade, o mais difícil tem sido quebrar a cultura da aversão a crítica, construtiva ou não. Para profissionais de várias outras nacionalidades, críticas construtivas são não somente aceitáveis como bem-vindas. Mas na China, assim como no Brasil, não.

Vários processos de recursos humanos no Brasil parecem saídos da Idade Média, mais se assemelhando com instrumentos de tortura que práticas de geração de valor.

Lembro-me de quando pedi uma licença sem vencimentos para poder passar um tempo como professor visitante no exterior. A primeira pergunta do diretor foi: quanto você vai ganhar lá fora? O medo era que outros professores fossem fazer algo parecido, “inflando” o mercado.

No fim das contas, a cultura de recursos humanos no Bra-

sil é de contencioso, de empregados contra empregadores, e vice-versa. Um modelo de ganha-ganha é possível. Essa foi uma lição que aprendi com o bolso.

No meu primeiro emprego no exterior, descobri que um amigo ganhava £2.000 a mais por ano. A razão? Assim como eu, ele recebeu a oferta de emprego horas depois da entrevista. Mas usou essa celebridade como poder de barganha. Disse que aceitaria a oferta por £3.000 a mais de salário. Recebeu contraproposta de £2.000. Aceitou.

Eu? Brasileiro “pede” emprego e, assim, pensava que só tinha como opções dizer sim ou não à oferta. Aprendi. E não trabalho para quem tenta me torturar, ou só quer sugar meu valor, sem dar muito em troca.

Há empresas com boas práticas no Brasil. Mas não se chega ao século 21 sem esforço.

DOM. Samuel Pessoa | SEG. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER. Nizan Guanaes, Cecília Machado | QA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srouf | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Fiscos limitam isenção em carro para pessoas com deficiência

Modelos com renúncia de IPVA e ICMS respondem por 13% das vendas em 2020

Eduardo Cuculo

SÃO PAULO Governos estaduais estão alterando a legislação que regula a isenção de impostos sobre veículos para pessoas com deficiência, com objetivo de coibir fraudes e limitar um benefício fiscal que atingiu valores bilionários nos últimos anos.

Mudanças afetam dois tributos estaduais: o ICMS sobre veículos novos e o pagamento anual do IPVA. Ambos têm alíquotas que variam de acordo com o estado.

Somente no estado de São Paulo, as duas renúncias têm um custo estimado em mais de R\$ 1,4 bilhão para este ano. Eram R\$ 400 milhões em 2016, segundo a Secretaria de Fazenda e Planejamento do estado. A isenção do IPVA, cujos valores para 2020 já estão fechados, cresceu 21% de um ano para o outro.

No caso paulista, há ainda uma decisão que atinge todos os consumidores. As montadoras não poderão mais oferecer veículos com características especiais apenas para pessoas com deficiência (carros com menos acessórios para reduzir o valor do bem e garantir isenção de ICMS). O “modelo PCD” (para pessoas com deficiência) poderá ser adquirido por qualquer consumidor. Quem não tiver direito à isenção pagará o imposto normalmente.

Em agosto, o Confaz (Conselho Nacional de Política Fa-

zendária) publicou alteração nas regras de isenção de ICMS que valem para todos os estados a partir de 2021. A nova norma limita o benefício a pessoas com “deficiências de grau moderado ou grave, assim entendidas aquelas que causem comprometimento parcial ou total das funções dos segmentos corpóreos que envolvam a segurança da direção veicular”.

A legislação cita, por exemplo, pessoas com paraplegia, tetraplegia, amputação ou ausência de membro e paralisia cerebral na lista de quem pode ter a isenção.

Com a mudança, será necessário comprovar a deficiência e o comprometimento da função física e incapacidade para dirigir por meio de laudo pericial emitido por entidades públicas ou privadas credenciadas ou por profissionais credenciados indicados pelo órgão de trânsito. No caso do ICMS, a isenção vale para automóveis de até R\$ 70 mil. Veículos de qualquer valor também contam com isenção de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) sobre o valor da venda, uma renúncia fiscal estimada em R\$ 1 bilhão para a União em 2021. Nesse caso, não houve mudança na legislação.

Segundo a Receita Federal, os pedidos de isenção do IPI na aquisição de veículos automóveis por pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autis-

tas passaram de 5,500 em 2010 para 89,3 mil em 2015 e já chegam a 158,9 mil em 2020, com dados até setembro.

Esse crescimento pode ser visto também na venda para PCDs, um dos segmentos mais importantes para as montadoras. Segundo a Anfavea (associação do setor), esses consumidores responderam por 8,1% dos licenciamentos de automóveis e comerciais leves em 2019 (215 mil unidades) e por 13,1% de janeiro a agosto de 2020 (144 mil veículos).

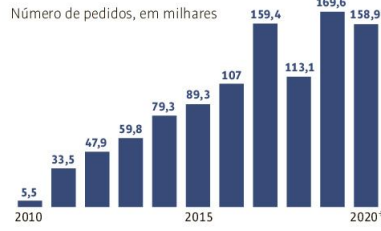
“A gente entende como necessário. Isso tem um impacto, vai ter uma queda da participação dos PCDs, mas pelo

menos as pessoas que precisam, que é o objetivo da isenção, serão atendidas”, afirmou Luiz Carlos Moraes, presidente da Anfavea, durante a divulgação dos números mais recentes do setor.

“A gente tem de ter a sensibilidade de concentrar os benefícios para as pessoas que mais precisam, que são as que têm doenças moderadas e graves”, afirmou o executivo ao comentar a decisão do Confaz.

Também neste ano, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou mudanças na legislação do estado referente ao desconto de IPVA para

Pedidos de isenção de IPI feitos por PCD para compra de veículo disparam



R\$ 1 bilhão

é a renúncia da União com IPI projetada para 2021

R\$ 1,4 bilhão

é a renúncia com IPVA e ICMS em 2020 em SP

*Dados para 2020 até setembro | Fontes: Receita Federal do Brasil e Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Mudança em benefícios transforma direito em prova de resistência

OPINIÃO

Jairo Marques

SÃO PAULO Para qualquer pessoa com deficiência cuja mobilidade tenha sido prejudicada por força de sua condição, ter acesso a um veículo automotor representa, num país como o Brasil, abrir inúmeras possibilidades de vida que pareciam inatingíveis.

A razão é simples. Sem um transporte público que abrigue com eficiência a diversidade de seus passageiros, sem calçadas que permitam a todos um deslocamento tran-

quilo e seguro, sem que haja política de acessibilidade plena para a vida urbana, fica a cargo do próprio cidadão com deficiência buscar meios para ir, vir, contemplar e usufruir os espaços da cidade. Fica a cargo do cidadão com deficiência “se virar” para construir rumos de cidadania.

O carro leva para a escola, que projeta um futuro mais promissor. Leva para terapias, que melhoram a condição geral da pessoa que poderá produzir mais. Leva para a vida social, leva ao lazer, leva à cultura, leva à dignidade furtada pelas ausên-

cias do Estado em suas obrigações básicas.

O carro facilita chegar ao trabalho, que vai dar condições de conhecer mais pessoas, que vai possibilitar relacionamentos, que vão abrir caminho para a formação de famílias. Tudo isso regado a pagamento de impostos, menos peso social, mais consumo, mais pessoas em harmonia.

A isenção de impostos existe para minimizar injustiças, não como privilégios, não como mamatas para um grupo, não como auxílio para pobres coitados. O espírito da medida é dar algum alento para quem

foi sempre apartado do básico para adquirir condições de sobrevivência.

A doença que deixa sequelas, os acidentes que imobilizam, as tragédias que acarretam consequências físicas e sensoriais, invariavelmente, também, têm a mão pouco ativa dos entes responsáveis pela vida em coletividade. Logo, mais ausência, mais correto a criação de amparos minimamente reparadores.

De fato, com o alargamento das possibilidades de requerer o recuo fiscal para a compra de veículos zero-quilômetro, uma gama de oportu-

nistas, escroques e sanguessugas de cofres públicos surgiu e fez chamar atenção para o setor chamado de “vendas especiais”, embora nada de tão especial exista no processo de adquirir um automóvel para uma pessoa com deficiência.

Para conter o “problema”, criam-se novas regras que afetam em cheio o público que era atendido pela justa das isenções com mais burocracia, com mais complicações de comprovações, com redução do público atendido. Joga-se a água do banho fora com o bebê dentro da bacia.

Em vez de mergulhar no problema, de consultar os pares, de chamar os interessados de maneira efetiva para pensar em como sanar os possíveis desvios, numa canetada muda-se o processo estadual de isenções e retoma-

se a lógica perversa da exclusão, de transformar um direito numa prova de resistência para que se desista dele.

Provar uma condição de deficiência que faça jus a um recuo fiscal, que faça jus a ter acesso a um veículo isento de impostos para fins de vida digna não tem complicações em um nível de eleições norte-americanas. Basta colocar em prática o “nada sobre nós, sem nós”.

O mundo só fala em promoção da diversidade, em multiplicar possibilidades de atuação das pessoas excluídas, de mudar a chave do mais do mesmo e abrir as portas para quem nunca veio para a festa. Qualquer medida que atrase esse processo, que não seja minimamente inteligente para conter abusos sem ser retrogrado, vai contra o espírito social em voga.

+ Isenção para pessoas com deficiência

ICMS (PARA TODOS OS ESTADOS)

Como é: Isenção se aplica a todo contribuinte enquadrado como pessoa com deficiência

A partir de 2021: Nova norma limita o benefício a pessoas com “deficiências de grau moderado ou grave, assim entendidas aquelas que causem comprometimento parcial ou total das funções dos segmentos corpóreos que envolvam a segurança da direção veicular”

ICMS (SP)

Como é: Governo paulista permitia utilizar a isenção na compra de um veículo a cada dois anos

Como fica: Seguindo outros estados, São Paulo limitou a utilização do benefício a uma única vez no período de quatro anos, regra que se aplica retroativamente a aquisições realizadas desde 5 de julho de 2018

IPVA (SP)

Como é: Isenção se aplica a todo contribuinte enquadrado como pessoa com deficiência

A partir de 2021: O benefício será restrito a “pessoa com deficiência física severa ou profunda”. O automóvel terá de ser especificamente adaptado e customizado para a situação individual do consumidor, exceto quando o carro for guiado por outra pessoa (no caso de pessoa com deficiência física, visual, mental, intelectual, severa ou profunda, ou autista, que impossibilite a condução do veículo)

mercado

Emprego levará um ano para voltar ao nível pré-pandemia

Quadro fiscal e destruição do setor informal são obstáculos para recuperação

Paulo Muzzolon
e Érica Fraga

SÃO PAULO O distanciamento social imposto pelo coronavírus levou à eliminação de 165 mil vagas de vendedores do varejo entre março e junho.

Com a reabertura gradual de lojas e fábricas, o mercado laboral tem se recuperado. Mas o saldo de 18,5 mil novos postos de atendentes do comércio criados desde julho está longe de compensar a destruição dos meses anteriores.

Essa história se repete com milhares de outras ocupações dos mais diversos segmentos econômicos.

Segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), apesar de restaurantes e bares terem voltado a funcionar, o país criou apenas 900 vagas formais de garçom desde julho, ante 46 mil eliminadas nos meses de confinamento.

Até na engenharia — carreira associada à escassez de talentos no país — tem falta de demanda. As 3.300 vagas de engenheiros e arquitetos eliminadas no auge da crise ainda são mais do que o triplo das 900 criadas no terceiro trimestre.

Embora alguns segmentos — como construção civil e informática — tenham sido menos afetados ou até beneficiados, o balanço geral ainda é bastante negativo.

As demissões ocorridas no mercado formal brasileiro entre março e junho ultrapassaram as contratações em 1,6 milhão. A cifra é mais do que o dobro das 697 mil criadas entre julho e setembro.

É normal que a retomada após um choque brusco e intenso não seja relâmpago. Contratações e desligamentos são processos burocráticos e caros. Além disso, nem sempre a economia reage rapidamente.

No caso atual brasileiro, porém, as projeções têm piorado, e economistas esperam um retrocesso no lento movimento de criação de vagas, levando o desemprego a disparar em 2021.

“Se o problema fosse o país reair por as quase 900 mil vagas formais perdidas desde a crise, ele não seria tão grande”, afirma Cosmo Donato, economista da LCA.

Segundo ele, o efeito pior da crise — que ainda não apareceu totalmente — se manifestará, em parte, sob a forma de mais demissões quando acabar a estabilidade de emprego garantida aos trabalhadores de empresas que aderiram aos programas de redução de salário ou suspensão de contrato de trabalho.

O economista Bruno Ottoni, da consultoria iDados, concorda com o diagnóstico: “Sem uma retomada econômica forte, é difícil imaginar que as empresas conseguirão evitar as demissões quando

“Sem uma retomada econômica forte, é difícil imaginar que as empresas conseguirão evitar as demissões quando seu compromisso de manter a estabilidade dos funcionários acabar”

Bruno Ottoni
economista da consultoria iDados

seu compromisso de manter a estabilidade dos funcionários acabar”.

Existe um consenso entre analistas de que a deterioração do mercado de trabalho teria sido muito mais severa caso o governo federal não tivesse oferecido às empresas a possibilidade de reduzir salários e suspender a jornada de seus funcionários durante a crise, desde que garantissem a manutenção do emprego.

Prorrogado até este mês, esse benefício exige como contrapartida que os trabalhadores afetados tenham estabilidade no trabalho pelo tempo equivalente ao que seus contratos foram alterados.

O melhor cenário seria que a economia tivesse tempo de se recuperar totalmente, nesse intervalo. Um olhar restrito aos dados recentes pode sugerir que isso tem ocorrido.

A produção da indústria e a confiança empresarial, por exemplo, já estão ligeiramente acima de seus patamares anteriores à pandemia.

Mas, segundo especialistas, esse quadro é insustentável, pois não reflete uma economia em que a produtividade e o investimento crescem e geram um ciclo virtuoso.

Ao contrário, a expansão atual ocorre especialmente na esteira do auxílio emergencial a famílias vulneráveis, que tem término previsto para o fim do ano. Essas transferências, que eram de R\$ 600 e caíram para R\$ 300, sustentaram um ritmo forte de consumo até setembro — quando indicadores como do comércio voltaram aos níveis pré-crise. De lá para cá, porém, o indicador se estabilizou.

O auxílio emergencial, avaliam, também ajudou a conter o aumento do desemprego.

“Provavelmente, há trabalhadores que não aparecem na estatística de desocupação porque estão recebendo o auxílio e, portanto, não têm buscado uma vaga”, afirma Ottoni, que é também professor da Uerj e pesquisador do Ibre-FGV.

Isso ajuda a explicar, segundo ele, por que a taxa de participação — que expressa a fatia da população em idade ativa ocupada ou buscando emprego — despencou nos últimos meses.

No início de 2020, 61% dos brasileiros de 14 anos ou mais trabalhavam ou procuravam uma vaga. Nos três meses encerrados em agosto, essa média havia caído para 54,7%, menor nível registrado desde o início da série do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2012.

Como revelou reportagem publicada pela Folha, essa queda foi mais marcante entre jovens de 18 a 24 anos.

Muito afetados também por demissões, os trabalhadores dessa faixa etária podem ter desistido de buscar temporariamente uma vaga porque suas famílias — ou eles próprios — vêm recebendo o auxílio.

Com a suspensão do benefício, eles tendem a retornar à busca por uma ocupação.

Esse movimento, somado ao provável aumento das demissões nas empresas, tende a provocar uma disparada na taxa de desemprego.

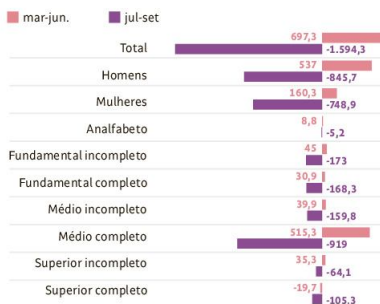
Uma indicação de quanto a desocupação pode aumentar é dada pela evolução ainda contida das demissões no mercado formal.

Nos 14 meses anteriores a março deste ano, ocorria uma média de 1,3 milhão de demissões por mês no país. Embora esse número tenha tido expressivo avanço em março e abril, desde então — após a criação dos programas de sus-

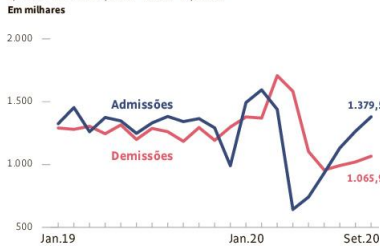
País ainda não gerou nem metade dos postos de trabalho formais destruídos durante o pior trimestre da pandemia

Apesar da recuperação do mercado iniciada em julho, saldo de 697 mil vagas geradas é 44% das quase 1,6 milhão destruídas no auge da crise

Saldo de vagas geradas ou eliminadas
Considerando a diferença entre admissões e demissões, em milhares



Demissões ainda estão em patamar 16% inferior à média dos 14 meses anteriores à crise, o que sugere que o mercado pode voltar a piorar



Ocupações ligadas a comércio, administração, alimentação e turismo sofrem em 2020, mas áreas como enfermagem, construção, agricultura e tecnologia vão bem

Saldo de vagas geradas ou eliminadas, considerando a diferença entre admissões e demissões, em milhares, entre janeiro e setembro

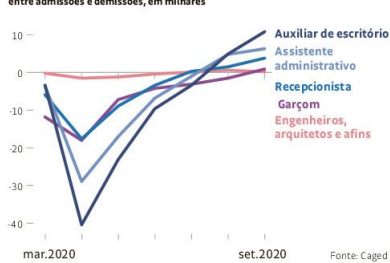
Exemplos de profissões com bom desempenho



Exemplos de profissões com mau desempenho



Recuperação de vagas em profissões afetadas é lenta e pode ser dificultada pelo avanço da tecnologia



pensão de contrato ou redução de jornada e salário — ele caiu e se estabilizou em um nível cerca de 16% abaixo do nível pré-pandemia.

A expectativa de analistas é que esse ritmo de desligamentos tenha forte aumento no início do próximo ano, contribuindo para uma elevação na taxa de desocupação, hoje em 14,4%, segundo o IBGE.

A iDados espera que o desemprego, hoje em 14,4%, chegue a 17,3% em março de 2021. A projeção, que era de um aumento para 16,6%, acaba de ser revista.

Segundo Donato, da LCA, a própria crise sanitária pode contribuir para uma nova piora do mercado de trabalho. “A crise está muito profunda, tem uma nova onda de Covid-19 na Europa. Isso vai afetar de forma negativa o cenário global, atingindo o Brasil”, afirma o economista.

ALCA projeta que o país retome o nível de emprego registrado em fevereiro (93,7 milhões de trabalhadores ocupados, incluindo o mercado informal) apenas em novembro do próximo ano.

“O viés para 2021 é de baixa. O risco de terminarmos o ano que vem com saldo na geração de empregos que não supere o patamar pré-crise é concreto”, afirma Donato.

Ele ressalta que a frágil situação fiscal do governo dificulta a postergação do programa de auxílio de renda a curto prazo. O ministro Paulo Guedes (Economia) já disse que, caso a pandemia se agrave no país, o auxílio emergencial será prorrogado, mas em um patamar inferior ao atual.

Na sexta-feira (13), Guedes reconheceu que é difícil manter o ritmo de criação de vagas que houve no terceiro trimestre do ano.

“Foram 100 mil [vagas abertas] em julho, 200 mil em agosto e 300 mil em setembro. O ritmo está tão forte que talvez seja difícil manter”, afirmou o ministro, em evento virtual promovido pela AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil), após dizer que o país está saindo da recessão.

As perspectivas são agravadas ainda pelo enfraquecimento do mercado informal após a pandemia.

A informalidade funciona como um “colchão” de segurança para o trabalhador CLT que é demitido. Esse efeito

foi bastante marcante na recessão de 2014 a 2016, quando o número de trabalhadores atuando por conta própria ou sem carteira assinada disparou.

Neste ano, porém, essa válvula de escape parece ter sido bloqueada. Desde a eclosão da pandemia, o mercado informal encolheu. Apenas no trimestre encerrado em agosto, a queda foi de mais de 25%.

Em parte, isso pode ser consequência da saída temporária e voluntária de trabalhadores autônomos do universo laboral, enquanto recebem o benefício emergencial pago pelo governo.

Mas há também mudanças em curso no comportamento dos consumidores, que podem ter um impacto negativo duradouro — ou até permanente — sobre o mercado informal.

Uma delas é a tendência a evitar contato pessoal em consequência do risco de contágio pela Covid-19. A outra é a provável continuação do consumo crescente pela internet.

Esse segundo movimento tem outros efeitos colaterais sobre o mercado de trabalho. A demanda por profissionais com formação em tecnologia tem aumentado.

No auge da pandemia, foram eliminados 645 postos formais de profissionais de informática. Mas, diferentemente do que ocorre com outras profissões, desde julho a demanda por esses profissionais registra forte alta, levando a um saldo positivo de 7700 vagas criadas no terceiro trimestre.

O problema é que as máquinas e a inteligência artificial também substituem trabalhadores. No Brasil, isso já vinha levando à destruição de vagas como as de auxiliares em escritórios e assistentes administrativos, e essa tendência ganhou fôlego neste ano.

Por isso, segundo especialistas, a única forma de o Brasil alcançar um ritmo saudável e sustentável de criação de emprego é superar os problemas que, nos últimos anos, têm limitado os investimentos.

“É provável que o governo precise adotar ou prorrogar medidas emergenciais que atenuem o efeito do aumento do desemprego em 2021. Mas, a médio prazo, a única solução é o crescimento econômico”, afirma Ottoni.

BC autoriza recolher FGTS via Pix, e cotista pode ganhar mais

Expectativa é que custos sejam reduzidos, com lucro para o trabalhador

Larissa Garcia

BRASÍLIA O Banco Central incluiu, nesta sexta-feira (13), o recolhimento do FGTS entre os serviços que poderão ser feitos pelo Pix, sistema brasileiro de pagamentos instantâneos que começa a funcionar na segunda-feira (16).

A previsão é que a funcionalidade esteja disponível em janeiro, ao lado do lançamento do FGTS Digital, plataforma que permite cobrança e cálculo do benefício por meio digital.

“O BC aumentou as possibilidades de uso do Pix para incluir contas até então não abrangidas pelas regras do pagamento instantâneo. A partir de agora, algumas novas contas de varejo poderão receber Pix”, disse a autoridade monetária em nota.

As contas de recolhimento do FGTS não se enquadram no regulamento do Pix. “Sua integração ao Pix trará diversos benefícios ao fundo, que ganha em agilidade no recebimento dos recursos, maior facilidade de conciliação e maior número de instituições aptas a receber esses recolhimentos”, afirmou o BC.

A expectativa é que o serviço reduza custos para o governo, que paga pela emissão das guias de recolhimento.

“Havendo maior número de instituições aptas a recolher os recursos, espera-se uma diminuição das taxas que o FGTS paga pelo serviço de recolhimento. Em suma, o recolhimento do FGTS com Pix diminuirá custos para o FGTS, o que se reverte em mais recursos nas contas dos cotistas”, afirmou a nota.

“Na outra ponta, a inclusão no Pix também beneficia os empregadores, tornando mais fácil o cumprimento de suas obrigações pelas facilidades ofertadas pelo Pix.”

Atualmente, o recolhimento só pode ser feito por boleto bancário, pago pelo emissor, que é o FGTS. Assim, a medida não deve trazer benefícios financeiros para o empresário.

O BC também incluiu instituições financeiras como usuárias finais do Pix. Com isso, os bancos poderão realizar e receber pagamentos e transferências pelo Pix.

Essa hipótese acontece quando instituições participantes fazem transações decorrentes exclusivamente de obrigações e de direitos próprios, por exemplo, no pagamento de seus fornecedores.

+

O que poderá ser feito pelo Pix a partir de 2ª

Pagamentos

- Compras por QR Code no comércio
- Transferências para contas de bancos cadastrados
- Contas de luz, água e telefone (depende da concessionária ou operadora)
- Pagamentos com vencimento futuro (semelhante a boleto)

E NO FUTURO?

Janeiro

Recolhimento de FGTS

Primeiro semestre de 2021

Saque no comércio

Segundo semestre de 2021

- Pix Garantido (que simula o parcelado sem juros)
- Pagamento por aproximação

Primeiro semestre de 2022

Pagamento offline

Segundo semestre de 2022

Débito direto

res, impostos e afins, vedadas transações em que a contraparte seja uma instituição financeira ou de pagamento.”

A autoridade monetária espera que a inclusão facilite a liberação de operações de crédito em contas de outros bancos. “Um exemplo seria quando

um usuário contrata uma operação de crédito com uma instituição, mas mantém sua conta transacional em instituição diversa. Nesse caso, o usuário não precisará abrir uma conta no na instituição na qual tomará crédito porque o recurso poderá ser transferido para

sua conta que ele costuma usar”, destacou. “Desse modo, facilita-se o processo de concessão de crédito e aumenta a competição pelo cliente.”

Caixa, Conselho Curador do fundo e Ministério da Economia não haviam se pronunciado até a conclusão deste texto.

Black Friday

Cadeira Aeron Grafite Completa
com todos os ajustes
12X R\$740,00



HermanMiller

GARANTIA | 12 ANOS



Fale com um consultor

NOVO AMBIENTE

Al. Gabriel Monteiro da Silva, 683
(11) 3062-3351
showroomviva@novoambiente.com.br
novoambiente.com.br | @novoambiente



SO FISTICACÃO

Espaço
167m², 3 suítes,
hall privativo,
opções de
plantas flexíveis.

Conveniência
3 vagas
e 1 depósito
na garagem.

Lazer
3.600m² de terreno,
salão de festas,
espaço gourmet,
brinquedoteca,
playground, piscina.

Convívio
Lounge
com lareiro,
bike sharing,
pet place.

Bem-estar
Quadra de tênis.
Espaço amenities.
Fitness.
Sala personal.
Bicicletário com oficina.

Localização
Próximo a
hipermercados,
comércio, escolas,
shopping, gastronomia,
parques e shows.



167M²

Quem visita o decorado, se **apaixona**.

📍 PANORAMA.SKR.com.br

📍 R. Catão 876 | Vila Romana

☎ 11 4118-3514

Inscrição registrada sob o R2 da Matrícula ISA BR do MP Carreira de Imóveis de São Paulo, no dia de 10/20/2020. SK Certo Empreendimentos Imobiliários Ltda. SKR, Al. Marechal Rondon, 456, 11 andar - CEP: 0440-000 - São Paulo/SP - (081) SKR Consultoria Imobiliária Ltda. - F. 32094 - (081) SKR. Risco: as imagens são meramente ilustrativas e representam aspectos de decoração. O imóvel não é de dimensões completas, não sendo parte integrante do contrato e do Memorial Descritivo. Projeto executivo em desenvolvimento, podendo sofrer pequenas alterações durante as consultorias técnicas. A entrega espera o momento idealizado, apresenta porte urbano referencial e será entregue de acordo com projeto preliminar, podendo apresentar alterações de tamanho e porte.

SKR
ARQUITETURA
VIVA

SKR.COM.BR

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 16/11/2020	Caderno: Economia



‘Um reforço fiscal implantado em quatro anos’

Para o economista e ex-bc, o País tem que entrar nos trilhos e pegar o Expresso 222

Ex-presidente do BC diz que não dá para encarar uma crise a cada quatro anos e propõe plano expresso de reforço fiscal “222”. “Seriam 2 pontos percentuais do PIB com a eliminação de subsídios, 2pp de cortes com base na PEC Emergencial e 2pp com a recuperação da atividade”, afirma.

Sem esperança de que os grandes desafios do País serão enfrentados com a profundidade necessária no curto prazo, Armínio Fraga tem uma proposta para ganhar tempo: um reforço fiscal “222”, implantado em quatro anos. “Seriam uns 2 pontos percentuais do PIB com a eliminação de subsídios e brechas fiscais, mais 2pp de cortes de gastos com base na PEC Emergencial e 2pp com a recuperação da atividade que ocorreria. Se os primeiros “dois” forem críveis, as coisas se acalmariam, o que não seria pouco”.

Ex-presidente do Banco Central no governo FHC, o economista e fundador da Gávea Investimentos sabe que, politicamente, nada é fácil. Mas, em sua opinião, já estamos mais do que atrasados nas reformas. “Seria fundamental fazer uma completa reforma tributária, tanto do IR quanto do manicômio tributário que é a tributação indireta”, afirma. “O que mais eu recomendaria, mesmo sem muita esperança de ser ouvido? Uma reforma do RH do Estado, que incluísse a avaliação imediata de todos os funcionários.

Quem pode ser contra isso?”

Claro que a crise da Covid-19 atrapalha, mas, na opinião de Fraga, os desafios da desigualdade, produtividade e estabilidade não podem esperar. O maior problema? “É que o governo não parece muito interessado em fazer sua parte.” A seguir, os melhores momentos da conversa.

• Como você vê e avalia a atual situação da dívida pública brasileira?

É uma questão que precisa ser endereçada. Nos últimos 30 anos, o gasto público no Brasil só fez crescer, e por várias razões, algumas gravadas na Constituição. Mas não foi só isso: a arrecadação veio a reboque. Vivi isso no governo, quando se fez um ajuste, em 1999, muito mais do lado da receita do que do lado do gasto. O Brasil segue à procura de um caminho que estanque a situação. Mas, para isso, é preciso que se encare um monte de desafios que são difíceis, bem difíceis. São três grandes espaços a atacar: a folha de pagamento do Estado, em todos os níveis; o déficit da Previdência e os subsídios e brechas tributárias. A reforma da Previdência foi um avanço, resolveu metade do problema, ainda que a prazo. Os outros temas estão no ar, há muito a fazer. Nesse meio tempo, a dívida está crescendo...

• E o relógio está correndo... Sim. Umbomped açoda dívidat emprazo curto, e segue encurtando, eoutroéind ex adoà Selic. Se os juros tiverem que subir em algum momento, o custo da dívida aumentará muito. Quando se tem uma dívida mais longa, evita-se esse tipo de situação.

• O que pode ser feito? Fundamental seria o governo sinalizar um compromisso com medidas e reformas que resolvessem a questão fiscal de uma maneira convincente. E o caminho para que isso ocorra é bem conhecido. Envolve as três áreas mencionadas acima.

• Qual seria a primeira reforma, a administrativa?

Sim. Eu faria uma reforma do Estado, porque ela tem um potencial, a médio e longo prazo, de melhorar a gestão da coisa pública, ou seja, permitir ao País entregar mais qualidade para população em todas as áreas. E a longo prazo teria impacto fiscal também. O Brasil é um ponto totalmente fora da curva, quando o comparamos com a esmagadora maioria dos países. Previdência e folha de pagamentos chegam a 80% do gasto público. Pouquíssimos são os países que estão acima dos 70%. A maioria tem índices de 60% ou menos. Eu começaria por aí. Este é um tema que está parado desde 1998, chegou a hora. Outra área que merece ser tratada com urgência é a de subsídios injustificáveis.

Mas isso já não foi cortado?

Não foi, não. O grande corte aconteceu no BNDES, uma estatística que nem fazia parte dos números do saldo primário. E lá houve economia de 2 pontos do PIB. Isso começou com o trabalho da Maria Silvia (Bastos Marques, que presidiu o banco entre 2016 e 2017) e seus colegas. Eles criaram a TLP que deu uma arrumada; depois, com a queda da Selic, os subsídios praticamente desapareceram. Esse é um assunto um tanto árido. Acho que uma reforma das regras todas que tem a ver com o IR teria muito impacto. Primeiro, de natureza fiscal, mas, sobretudo, acho que teria um impacto de natureza distributiva, que é da maior importância.

- Por que é difícil discutir mais reforma da Previdência ou a criação de uma estrutura de assistência social robusta sem antes lidar com esse assunto?

É muito difícil você dizer para alguém “olha, estamos pensando em mexer no abono salarial”, quando tem gente que ganha fortunas por mês e paga pouco imposto por meio do Simples ou do lucro presumido e depois aplica o dinheiro em um fundo fechado e vai pagar o imposto só no ‘Dia de São Nunca’. Na minha opinião, essa é uma mancha ética.

- Mas não é ilegal.

Não, é legal, e sendo é natural que as pessoas lancem mão. Faria, ajustes nessa área inteira, pois corrigiria distorções e geraria alguma receita para começar a dar uma arrumada nas contas. A situação fiscal do Estado é muito frágil, muito frágil mesmo. A dívida pública chega a 100% do PIB e os vencimentos vêm se encurtando. Agora estamos em um momento de imensa liquidez global, mas essas coisas mudam. É aquela história: quando se espirra lá no Norte nós pegamos pneumonia aqui no Sul. O governo tentou lançar uma âncora firme com o teto de gastos, foi uma boa ideia, mas não dá para esperar mais cinco, seis anos para apenas zerar o déficit primário. Precisamos trabalhar com um horizonte de quatro anos para atingir um superávit primário de 3% do PIB.

- Politicamente, como se consegue chegar nisso?

É sempre complicado, mas a fórmula, que precisa ser equacionada em até quatro anos, é o que eu chamo de 222. Uns 2pp do PIB da bolsa-empresário e brechas fiscais que deveriam ser eliminadas; e outros 2pp de gastos: a PEC emergencial seria uma boa ferramenta. O resultado, com algum crescimento, traria uma certa tranquilidade para se alongar horizontes e investir. O calendário eleitoral não ajuda. Em geral as decisões mais difíceis são tomadas quando há horizonte para se colher os frutos. Nesse meio tempo, existem mil problemas ligados à produtividade da economia, mais mil ligados à desigualdade. E eles não podem ficar esperando. E não dá para encarar uma crise macroeconômica a cada cinco anos, ou de dez em dez anos.

- O que você acha do Renda Brasil? Sabemos que os mecanismos de proteção aos trabalhadores formais são razoáveis, mas a informalidade no Brasil é enorme e menos atendida. A pandemia escancarou a necessidade de se repensar o sistema de assistência social. Não vejo ainda um desenho maduro, valeria gastar um tempo discutindo as opções.

- Alguma outra prioridade?

O SUS. Não tenho a menor dúvida de que o SUS precisa de tecnologia, de gestão. Isso é inegável. Mas um sistema universal como o nosso não funciona com um orçamento tão apertado. Uma comparação internacional deixa isso claro. Sou o primeiro a defender reformas as mais variadas para fazer o nosso Estado mais eficiente, venho falando disso há muito tempo. Mas, no caso do SUS, mesmo com essas reformas que melhorariam a gestão, vai faltar dinheiro. São discussões muito difíceis, porque o cobertor está curto. Falta dinheiro para muita coisa. E eu não vejo, neste governo, um movimento para definir prioridades e apontar caminhos. O governo quer manter o teto, e eu respeito essa posição,

jamais recomendaria uma mudança no teto que não fosse feita a partir de um ajuste fiscal relevante e crível. Mas o governo não trabalha para aumentar a arrecadação e, ao mesmo tempo, quer criar um auxílio. Aí a conta não fecha. Para tanto, o governo teria que seguir o 222 no curto prazo e as reformas mais estruturais também.

- O que é possível fazer nessas condições de temperatura, pressão, pandemia e tudo mais? Uma reforma do Estado e uma completa reforma tributária, tanto do IR quanto do manicômio tributário que é a tributação indireta. Não tenho muita esperança de que vá ocorrer. Um plano B seria o 222. Pelo menos o lado macroeconômico ficaria mais ancorado.

- Acha sua fórmula 222 mais factível?

Eu diria menos difícil. O sucesso de qualquer fórmula é determinado por várias razões, por questões não meramente econômicas, mas também políticas. Em tese, dá para fazer, e nos compraria tempo, o que não é pouco a esta altura do jogo. O mais importante é que se tenha um diagnóstico claro da gravidade da situação que estamos enfrentando, porque ela engloba questões fiscais, questões ligadas ao crescimento e à produtividade da economia e questões de natureza distributiva, que têm a ver com as enormes desigualdades do País. As pernas desse tripé se complementam. Faz falta um diagnóstico completo, que permita o desenho de uma estratégia de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

- Acha que tem chance de acontecer?

Estou muito cético com relação ao que vem por aí, mas, se eu tiver errado, se o governo mudar de diagnóstico e trabalhar para melhorar as coisas, tanto melhorará. Não é a minha expectativa, infelizmente. Não tenho muita esperança de que surja alguma formulação de ajuste que aborde as três grandes questões. E, sem isso, uma solução pra valer para os problemas do Brasil não vai acontecer.

‘FARIA A REFORMA DO ESTADO PELO POTENCIAL A MÉDIO PRAZO’

‘NÃO DÁ PARA ENCARAR CRISE ECONÔMICA A CADA CINCO ANOS’

Veículo: O Globo	Online
Data: 16/11/2020	Coluna: Economia

O GLOBO

Minas, Goiás e Rio Grande do Sul farão ajuste de R\$ 200 bi para aderir a novo regime de recuperação fiscal

Programa de socorro aos estados será votado esta semana.

Rio quer entrar

Marcello Corrêa

16/11/2020 - 03:30 / Atualizado em 16/11/2020 - 07:35



O projeto de criação do novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF) será votado no Congresso esta semana. Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul vão aderir Foto: Daniel Marengo / Agência O Globo

BRASÍLIA - À espera da votação da nova versão do novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF), [estados](#) interessados em ingressar no programa calculam fazer um ajuste nas contas públicas de cerca de R\$ 200 bilhões nos próximos anos como parte do programa de reestruturação de finanças. O valor equivale ao impacto de medidas previstas ou já tomadas por Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul para equilibrar receitas e despesas e fazer jus ao auxílio federal, que volta à pauta do Congresso nesta semana.

O RRF foi criado em 2017 e prevê que a União ofereça aos estados um alívio na cobrança das parcelas da dívida pública. Em compensação, a lei exige que ações estruturais sejam tomadas, como ajustes nos gastos com pessoal e reforma da Previdência. Até hoje, só o Rio ingressou no programa. A mudança nas regras previstas no projeto de lei apresentado pelo deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) que deve ser votado nos próximos dias facilita o ingresso de outros governos locais no regime ao flexibilizar, por exemplo, a exigência de que estatais estaduais sejam privatizadas.

Pela proposta, a obrigação seria apenas de vender parte das participações nas companhias públicas. O texto também muda a forma como o programa será executado. A principal delas é o prazo. Hoje, o RRF tem duração de três anos, prorrogáveis por mais três. No texto de Pedro Paulo, esse tempo aumenta para até dez anos.

A forma de pagamento da dívida durante o programa também será diferente: em vez de um perdão de três anos e retorno da cobrança nos três anos seguintes, os débitos voltariam a ser pagos após o primeiro ano de regime, gradualmente.

“Nem são mais planos. O estado aprovou reforma administrativa, reforma da Previdência bastante reconhecida. Isso faz parte do plano”

Parte dessas regras serão alteradas pelo relator do texto, deputado Mauro Benevides (PDT-CE). O parlamentar defende reduzir o tempo máximo do programa para nove anos e aumentar a exigência de cortes de incentivos fiscais, de 10% para 20% em três anos — propostas criticadas por parte dos secretários de Fazenda ouvidos pelo GLOBO.

Mesmo com divergências, a possibilidade de que novas regras saiam do papel sinalizada com o acordo entre parlamentares e governadores há duas semanas renovou as expectativas dos três estados candidatos e também é visto pelo governo do Rio como saída para o impasse sobre a prorrogação do plano fluminense. O acordo prevê votação ainda nesta semana na Câmara e análise pelo Senado dois dias depois.

Em Minas Gerais, a estimativa de impacto fiscal das medidas de ajuste é de R\$ 100 bilhões. Esse número pode mudar, porque leva em consideração o plano elaborado com as regras originais.

O secretário de Fazenda do estado, Gustavo Barbosa, disse que um novo cálculo será feita com base no relatório que será apresentado. Segundo Barbosa, Minas tem interesse em aderir ao plano. Ele frisou, no entanto, que é importante que o prazo de dez anos seja mantido.

— O estado de Minas continua interessado em aderir ao RRF. O relator tem a liberdade. Nós preferimos o texto emanado pelo deputado Pedro Paulo, que atende mais a Minas. A gente entende que dez anos é um prazo mais adequado e já indicamos isso ao relator — afirmou Barbosa.

Já no Rio Grande do Sul, aderir ao RRF significaria permitir um ajuste próximo da casa dos R\$ 70 bilhões. O estado havia calculado que, com as regras originais do programa, poderia implantar medidas que resultariam em um impacto de R\$ 40 bilhões até 2026.

O secretário de Fazenda do estado, Marco Aurélio Santos Cardoso, afirma que esse valor pode subir até 50% com as novas regras — ou seja, para R\$ 60 bilhões. A esse montante, seriam somadas R\$ 7,5 bilhões em receitas extraordinárias, que não seriam afetadas por mudanças no prazo do regime.

— O grande foco do plano é na área de despesas. Nem são mais planos, o estado aprovou uma reforma administrativa, uma reforma da Previdência bastante reconhecida nacionalmente. Isso faz parte do plano e gera esse efeito a longo prazo. O foco do ajuste nosso é equilibrar despesas e receitas correntes. Temos também receitas extraordinárias, com as privatizações aprovadas nas áreas de energia, gás e mineração, e também na abertura de capital da empresa de saneamento — afirma o secretário, que também defende que o plano seja de dez anos.

“Goiás não quer passar muito tempo no RRF. Quer só se ajustar, porque se tivermos que voltar a pagar a dívida em janeiro, o estado quebra”

CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT
Secretária de Fazenda de Goiás

Dos três candidatos a entrar no programa, Goiás é o que tem a situação menos crítica. A secretária de Economia do estado, Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, afirma que o plano prevê o ajuste das contas em apenas cinco anos. Nesse período, ações de economia de despesas projetadas somam R\$ 24 bilhões. O estado tem receita corrente líquida de cerca de R\$ 20 bilhões anuais.

Rio quer aderir

Segundo a secretária, todos os requisitos para aderir ao RRF já estão contemplados, como a reforma da Previdência. Goiás é um dos estados beneficiados pela mudança de entendimento em relação à venda de estatais. Sem a exigência de privatizar

completamente companhias, a oferta de 49% das ações da Saneago passa a ser suficiente para ingressar no programa.

— O estado de Goiás não quer passar muito tempo no RRF. Quer só se ajustar, porque se nós tivermos que voltar a pagar a dívida em janeiro, o estado quebra — afirma Cristiane.

“O prazo de dez anos foi amplamente discutido. É muito importante que isso seja mantido. (...) Se você encurta o prazo, tira espaço para fazer investimentos”

GUILHERME MERCÊS

Secretário de Fazenda do Estado do Rio

O Rio, que já está no RRF, também acompanha de perto as mudanças no regime. O secretário de Fazenda do estado, Guilherme Mercês, informou que trabalha com duas possibilidades: prorrogar a permanência do estado por mais três anos, como prevê a lei atual, ou pleitear o ingresso no novo programa. Ele não informou, no entanto, a estimativa de impacto fiscal das medidas.

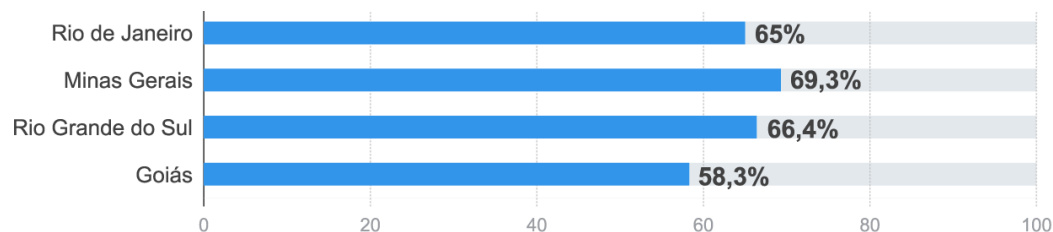
Assim como Rio Grande do Sul e Minas Gerais, o Rio defende que o prazo de dez anos seja mantido. O prazo de dez anos foi amplamente discutido. É muito importante que isso seja mantido. Como você tem um plano com obrigatoriedade de ser executado, esticar nove ou dez anos ou mais diz respeito só ao espaço para fazer a política pública. Se você encurta o prazo, tira espaço para fazer investimento — afirma Mercês.

Para o secretário, o novo formato do programa também traz melhorias ao mudar a forma de execução. As novas regras diminuem a insegurança jurídica em relação às normas de exclusão do programa:

— Agora, as regras do jogo serão conhecidas antes do jogo começar.

Raio-x dos estados interessados

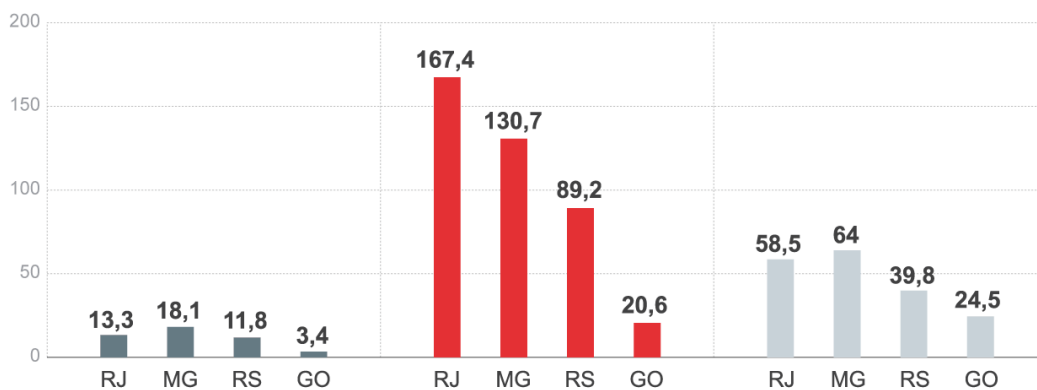
Despesas com pessoal (em % da receita)



Déficit de Previdência
(em R\$ bi)

Dívida consolidada
(em R\$ bi)

Receita corrente líquida
(em R\$ bi)



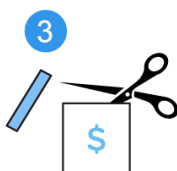
Exigências para ingressar na nova versão do programa



Venda total ou parcial de participações em estatais



Adoção de regras de Previdência iguais às da União



Redução de pelo menos 10% dos incentivos fiscais



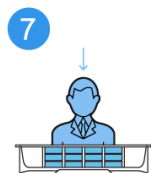
Reforma administrativa para cortar benefícios a servidores não previstos na União



Instituição de teto de gastos



Realização de leilões de pagamento para restos a pagar



Centralização de gestão financeira no Poder Executivo

O relator da proposta, Mauro Benevides, afirma que a avaliação das medidas após a sua implementação foi o erro. Para ele, o novo projeto permitirá um acompanhamento mais de perto do programa de ajuste dos estados.

— Esse foi o primeiro erro: avaliar ao fim do período. Para o Rio de Janeiro, a União pagou R\$ 52 bilhões em dívidas nesses três anos. Há um total descumprimento (das medidas) — critica. O parlamentar defende a ideia de reduzir o prazo previsto no texto original.

— Estou reduzindo para nove anos. É menos dinheiro que a União vai ter que colocar para esses quatro estados. Nesse programa de dez anos, que eu vou diminuir para nove, a União vai ter que arcar em pagamento de dívidas para esses quatro estados com R\$ 250 bilhões — aponta. O economista André Luiz Marques, do Insper, vê como positiva a possibilidade de que novos estados ingressem no RRF, mas lembra que é importante que as medidas sejam cumpridas:

— Imprevistos acontecem. É preciso planejamento, acompanhamento, gestão. Para desandar, não custa nada. O programa obriga esses gestores a acompanharem com mais noção das consequências. É importante os governadores ficarem alertas para que não tenham surpresa negativa de forma bem rápida também.

Veículo: O Globo	Online
Data: 11/11/2020	Coluna: Economia



No pós-Covid, gasto com servidor acima de 90% da receita forçará ajuste nas contas estaduais

Proposta de reforma administrativa não abrange servidores na ativa, o que aumenta pressão sobre governos locais

Ivan Martínez-Vargas e Pedro Capetti

06/09/2020 - 04:30 / Atualizado em 08/09/2020 - 12:32



Esplanada dos Ministérios, em Brasília Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

SÃO PAULO E RIO - A proposta de [reforma administrativa](#) enviada pelo governo federal ao Congresso nesta semana prevê novas regras para o funcionalismo de União, estados e municípios. Na avaliação de especialistas, isso pode criar a oportunidade para que as regras para servidores se tornem homogêneas em todo o país no futuro. Mas, como o projeto não abrange os que estão na ativa, na prática caberá aos governos locais lançar suas próprias iniciativas para ajustar as contas no presente.

Pensa em concurso público? [Veja o que muda para novos servidores com a reforma administrativa](#)

A medida ganhou caráter de [urgência](#) no momento em que os cofres públicos estão mais pressionados pela queda de arrecadação e o aumento de gastos para enfrentar a pandemia. Nos estados, que já enfrentavam crises fiscais, a situação é ainda mais crítica.

Segundo levantamento do Centro de Liderança Pública (CLP) com dados do Tesouro Nacional, no cenário pós-Covid-19, ao menos cinco unidades da federação comprometerão mais de 90% da receita corrente líquida (a disponível para gastar) com pessoal este ano.

Reforma administrativa: [Veja o passo a passo para aprovação da proposta](#)

Antes da crise do novo coronavírus, três estados já enfrentavam um quadro em que quase a integralidade da receita é dedicada ao gasto com pessoal: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Tocantins. Com o estado de calamidade pública e as ações emergenciais necessárias para combater a pandemia, ingressaram nesse grupo Goiás, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte. Mato Grosso e Piauí estão no limite.

Infográfico: [Veja o tamanho do desafio para conter os gastos com servidores](#)

Para dar uma dimensão da gravidade do cenário, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) define que o gasto com servidores não pode ultrapassar 60% da receita. Considerando apenas este parâmetro, nove estados descumpriam a regra em 2019. Este ano, o CLP projeta que praticamente todos, exceto Amapá e Roraima, ficarão acima deste patamar.

Em Minas, patamar de 100%

Para equilibrar as contas públicas e garantir recursos para a prestação de serviços à população no futuro, parte dos governadores tem buscado aprovar reformas administrativas para conter os gastos com servidores.

Longo prazo: [Reforma é positiva, mas efeitos vão demorar, dizem especialistas](#)

Rodrigo Garcia (DEM), vice-governador de São Paulo, diz que a proposta federal era esperada pelos estados há pelo menos um ano, mas não elimina a necessidade de aprovação da reforma paulista, em tramitação na Assembleia:

— Encaminhar o texto é positivo porque pauta o tema em todo o Brasil, mas o impacto concreto é somente no regime do futuro. Pena que não olhe o presente. Não elimina a necessidade de uma reforma estadual e não resolve o problema do governo federal hoje.

A reforma liderada por Garcia, encaminhada pelo governo João Doria (PSDB) ao Legislativo estadual, prevê redução de gastos já para 2021 da ordem de R\$ 9 bilhões, ainda insuficiente para cobrir o déficit paulista previsto de R\$ 10,5 bilhões previstos para o ano que vem. O texto inclui, por exemplo, planos de demissão voluntária para servidores e a extinção de dez órgãos, entre eles a CNHU (responsável por programas de habitação) e a EMTU (pelo transporte metropolitano de ônibus).

Entre os outros estados que aprovaram projetos para reduzir gastos com funcionalismo estão Goiás, Rio Grande do Sul e Alagoas.

Minas Gerais, hoje o estado com a pior situação, deve chegar ao fim do ano com 100% da receita comprometidos com a folha de pagamento, segundo o CLP. O governo Romeu Zema (Novo) também tenta aprovar uma reforma administrativa para mitigar os gastos no curto prazo.

Para Daniel Duque, diretor de Inteligência Técnica do CLP, o texto do governo federal só terá impactos mensuráveis nas contas públicas depois de um período de quatro anos.

— Foi uma opção política só tratar de servidores futuros, o que limita fortemente a capacidade de geração de ganhos fiscais. No entanto, um terço dos servidores vai se aposentar em até 15 anos. Se aprovada agora, em quatro ou cinco anos começa a surtir efeito.

A inclusão de estados e municípios no texto é importante, segundo ele, para evitar que haja grandes disparidades.

— No caso da reforma da Previdência, por exemplo, só dez estados aprovaram leis similares aos moldes federais. Os outros 17 aprovaram algo mais tímido — afirma.

A criação de regras homogêneas, segundo André Luiz Marques, economista do Insper, pode criar oportunidades para o ajuste mais amplo em algumas administrações locais. A proposta federal é vista como necessária mesmo por governadores em estados com situação fiscal menos dramática. É o caso do governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), cujo estado deve comprometer 63% da receita com o funcionalismo até o fim do ano:

— Sou favorável a flexibilizar a forma de contratação de profissionais para cumprir serviços administrativos e operacionais que podem ser temporários. Para carreiras que não são essenciais, ficar fazendo concurso permanentemente não torna o estado eficiente e ágil.

Mudança nas regras locais

Mas especialistas ponderam que os governadores devem ser incluídos na pauta de discussão, diante da gravidade da situação das contas públicas. A reforma administrativa enviada ao Congresso produzirá pouco impacto fiscal no curto prazo, o principal problema dos cofres públicos.

Para Raul Velloso, especialista em contas públicas, a crise fiscal não é suficiente para mobilizar legisladores estaduais a aprovarem medidas com impacto imediato:

— Se não fizerem essas reformas, os estados ficarão numa situação de penúria.

Para Maria Paula Bucci, professora de Direito Administrativo da USP, a eventual aprovação de novas categorias para o serviço público, como prevê a proposta do governo, vai exigir regulamentações nos estados, independentemente da aprovação de reformas locais agora:

— A criação das novas categorias é algo experimental e que muda o desenho, a estrutura, dos entes. Uma modificação desse porte, com a criação de vínculo temporário (que seria uma etapa de seleção de concurso público), vai ter impacto e vai precisar da regulação de estados e municípios.

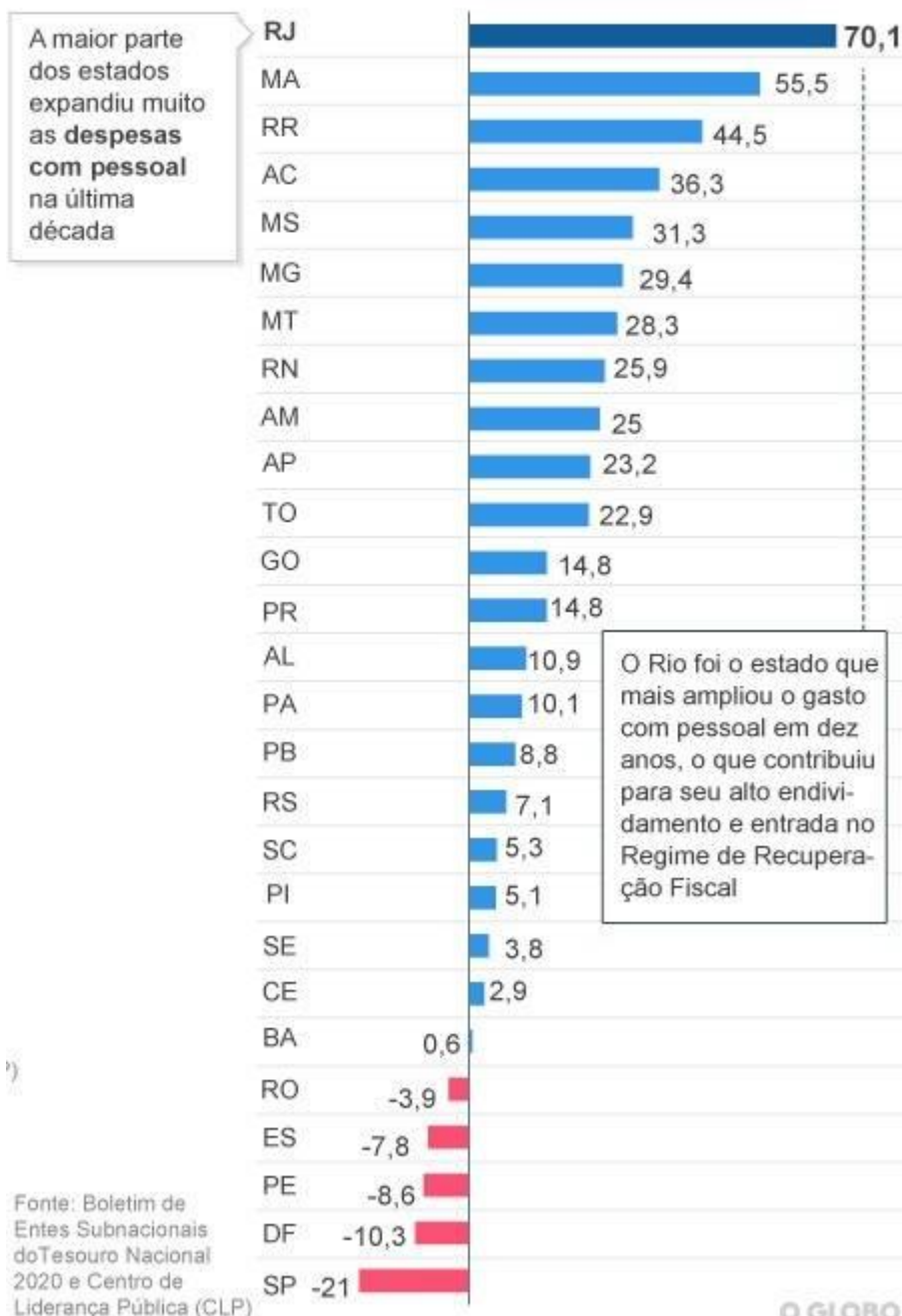
A aprovação de uma reforma federal com categorias inexistentes hoje não impede que estados façam ajustes nas regras para o funcionalismo, segundo Carlos Ari Sundfeld, da

FGV. A norma da União, no entanto, terá impacto jurídico enorme nos demais entes, diz:

— De imediato o impacto de custos é nenhum, mas, juridicamente, será preciso criar uma profusão de leis estaduais e municipais para construir regras para essas novas categorias.

Conta Crescente

Crescimento real da despesa bruta com folha de pagamentos entre 2011 e 2019, em %



Gasto com pessoal em relação à receita corrente líquida em 2019, em %

Esse crescimento levou a um aumento da fatia de recursos dos cofres estaduais comprometida com o pagamento de salários e benefícios previdenciários de servidores

No ano passado, 9 estados ultrapassaram o limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é de 60%



Fonte: Boletim de Entes Subnacionais do Tesouro Nacional 2020 e Centro de Liderança Pública (CLP)



Gasto com pessoal em relação à receita corrente líquida previsto para 2020, em %



Gasto com pessoal Foto: Arte O GLOBO

Indústria pede reforço de medidas de defesa comercial em acordos

Fiesp constatou que setor privado colocou muita atenção sobre redução de tarifas e bem menos em medidas antidumping, antissubsídio e salvaguardas

Por Assis Moreira — De Genebra

16/11/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

Ao analisar o acordo de livre-comércio Mercosul-União Europeia (UE), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) acendeu a luz amarela recentemente: constatou que o setor privado colocou muita atenção sobre redução de tarifas e bem menos nos instrumentos de defesa comercial (medidas antidumping, antissubsídio, salvaguarda).

Agora, a representação da indústria preparou um estudo de 88 páginas com sugestões para o governo levar em conta, em futuras negociações de acordos preferenciais de comércio, uma defesa reforçada do setor contra práticas consideradas desleais dos parceiros.

Para um representante da Fiesp, ter capacidade de defesa comercial ajuda a abrir o mercado e investir no país. A baixa de tarifas de importação é comparada ao motor do carro que aumenta o comércio, enquanto os instrumentos de defesa comercial são o freio para situações imprevistas e prejudiciais decorrentes da liberalização.

Técnicos da Fiesp estudaram 26 acordos dos quais o Brasil faz parte. Concluíram que as regras em matéria de defesa comercial “não destoam consideravelmente” de acordos concluídos recentemente por outros países e blocos, mas que “há espaço para aprimoramento da prática brasileira nas futuras negociações”.

Entre pontos “ausentes” no acordo Mercosul-UE, por exemplo, a Fiesp nota que ficou de fora a exclusão recíproca na aplicação de salvaguardas globais. Também não ficou acertada consulta prévia entre os dois blocos à abertura de investigações de dumping ou de subsídios contra importações de produtos originários do bloco. Tampouco há compromisso de notificação sobre aplicação de medidas contra terceiros países que não fazem parte do acordo.

Depois do acordo Mercosul-Israel, constatou-se que uma empresa montou uma fábrica em Israel especificamente para exportar um tipo de tecido técnico para o Brasil se aproveitando da tarifa que ficou mais baixa para entrar no mercado brasileiro. “Todo mundo olhou o motor mais forte, mas foi menos atento sobre o freio”, diz.

O setor privado pediu então uma investigação para levar à aplicação de salvaguarda bilateral, para frear surto de importação. Mas faltava uma normativa e o governo brasileiro não sabia como tratar com isso, segundo fonte da indústria. O processo acabou encerrado sem julgamento de mérito.

Para futuros acordos, a Fiesp defende que o governo busque reforçar aspectos de transparência nas investigações contra práticas desleais. Outro “aspecto desejável” é a proibição expressa da possibilidade de aplicação simultânea de mecanismos emergenciais para frear a entrada de um produto (salvaguarda global e preferenciais, por exemplo), para se preservar o uso proporcional dessa medida.

O documento propõe que o governo atualize a legislação de defesa comercial; reformule o Sistema de Consultas sobre Tarifas, Regras de Origem e Serviços de Acordos Comerciais Brasileiros (Capta); aprimoramento de capítulos de defesa comercial em matéria de transparência e participação das partes interessadas; aperfeiçoamento de disciplinas sobre transparência de subsídios concedidos pelas partes envolvidas em novos acordos; aprimoramento do capítulo de salvaguardas bilaterais.

Nos acordos atuais, não dá mais para reabri-los. Mas nos acordos em negociação dá para agir. Um que preocupa é com a Coreia do Sul. O setor privado considera essencial o Brasil obter uma defesa comercial mais forte, inclusive porque os sul-coreanos têm um sistema sofisticado de ajuda a seu setor industrial.

O estudo mostra que o Brasil é mais alvo de ações de defesa comercial por parte dos parceiros.

Entre 1995-2019, 39% das investigações iniciadas no Brasil (160 de 418) e 36% das medidas antidumping aplicadas contra comércio considerado desleal (95 de 266) tiveram como alvo as exportações de parceiros com os quais o Brasil tem acordo comercial. Os mais investigados foram Índia (20), Alemanha (17), México (14) e Argentina (12), enquanto os mais afetados por medidas de restrições foram Alemanha (13), Índia (12) e México (9).

Em comparação, 73% das investigações de dumping (116 de 159) e 74% das medidas aplicadas (82 de 111) contra as exportações originárias do Brasil foram notificadas por parceiros com os quais o país o possui acordo comercial, ou seja, acordo preferencial. Os que mais investigaram o Brasil foram Argentina (65), Índia (10) e Sacu, a união aduaneira liderada pela África do Sul (10). Os que mais aplicaram sobretaxas contra as exportações brasileiras foram Argentina (45), Índia (11) e México (10).

Quanto a medidas anti-subsídios, o Brasil abriu 12 investigações, sendo oito delas (67%) contra parceiros de acordo comercial. De outro lado, apenas uma das 12 investigações iniciadas contra o Brasil partiu de parceiro preferencial.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Peça pra Alexa
AMAZON ALEXA

LINK PATROCINADO

19 Celebidades brasileiras que hoje estão pobres
DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Após a perda maciça de peso, Fernanda Vasconcellos parece completamente diferente
CASH ROADSTER

LINK PATROCINADO

Esse é o dinheiro que Junior Lima tem em sua conta bancária hoje
MISTERSTOCKS

LINK PATROCINADO

Gtr binbond o relógio mais querido dos famosos vira febre em Salvador e região
GTR BINBOND

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Mercado Livre conversa com o governo sobre Correios

VALOR INVESTE

Saída de Maia da presidência da Câmara faz mercado temer CPMF

VALOR INVESTE

Duratex vai ganhar com sinergias comerciais na unificação entre Deca e Hydra, diz BTG

Economia com reforma supera previsão, mas rombo será recorde

Queda nas despesas deve superar projeção de R\$ 9,9 bi, mas será insuficiente para impedir déficit de superar R\$ 274 bi

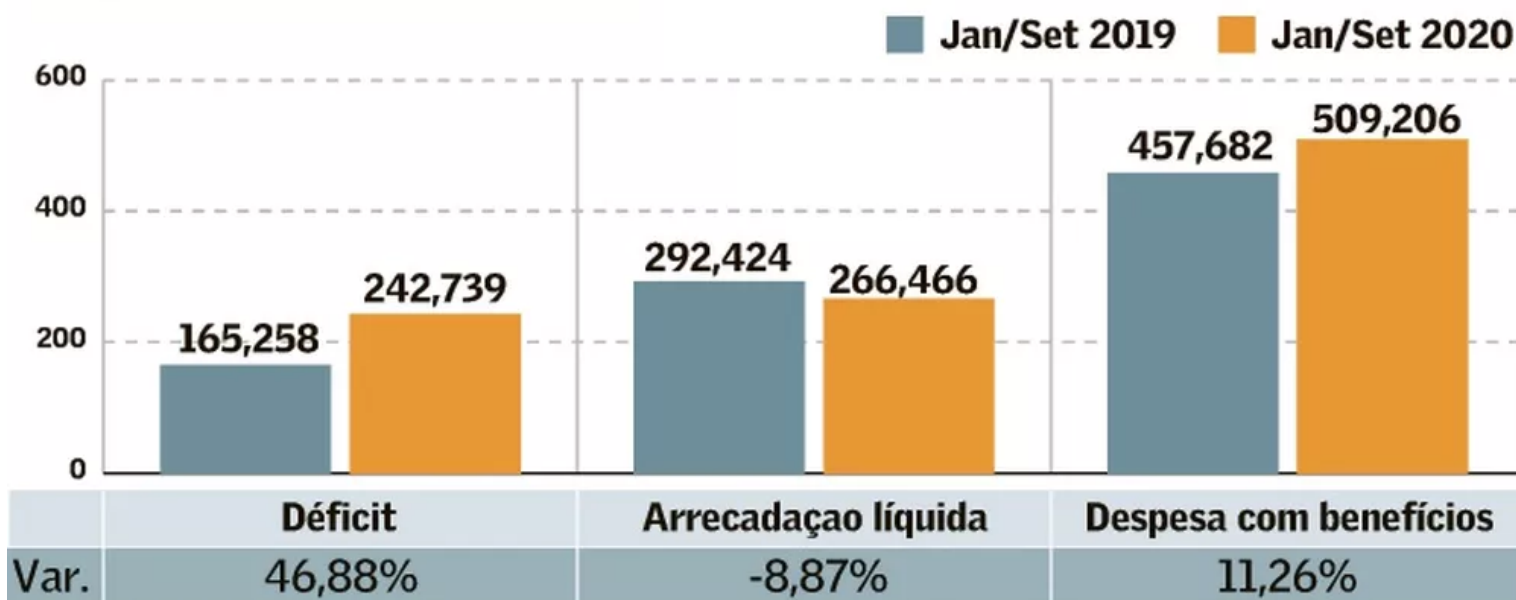
Por Edna Simão — De Brasília

16/11/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

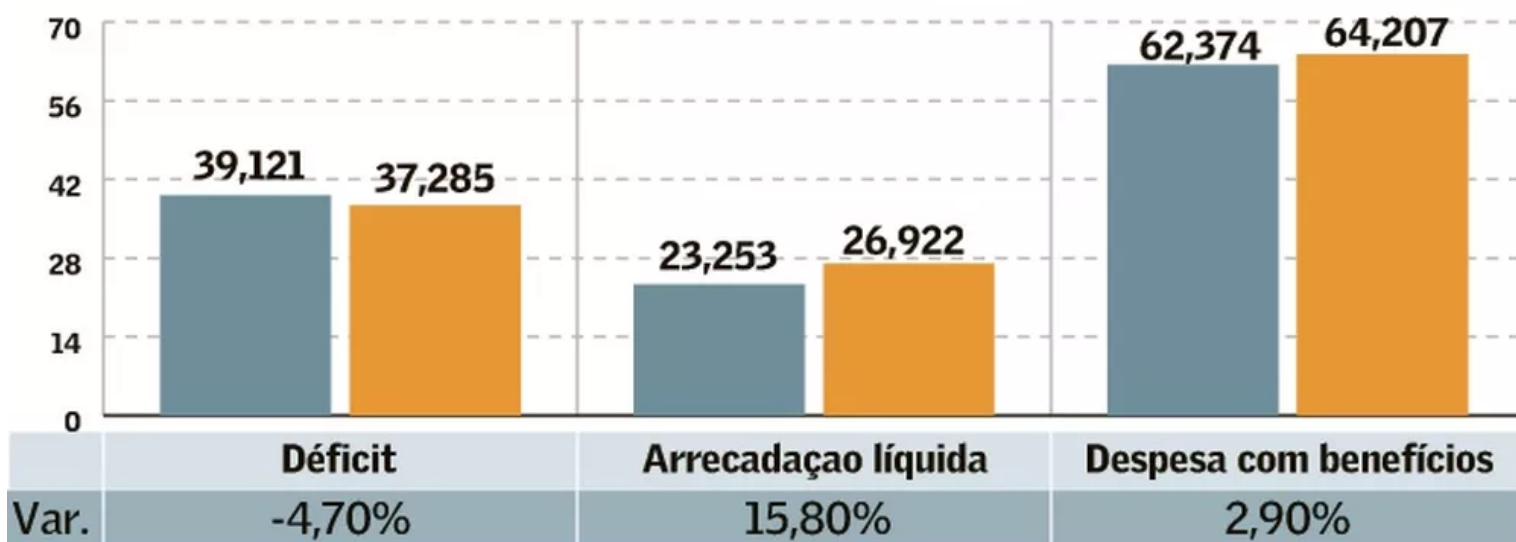
Raio X da Previdência

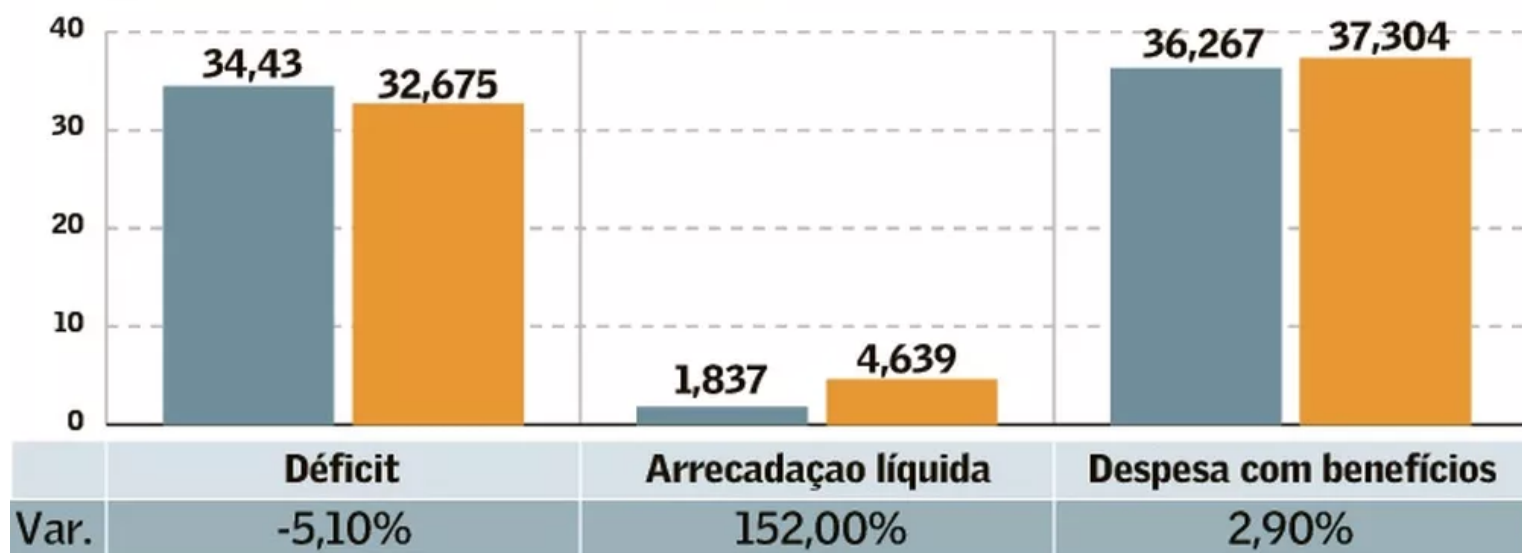
Pandemia derruba arrecadação no INSS e eleva puxa déficit (R\$ bi)

Regime Geral de Previdência Social (RGPS)



Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) civis





Fonte: Tesouro Nacional e Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia

Após um ano de vigência da reforma da Previdência, o governo projeta um impacto fiscal maior do que os R\$ 9,9 bilhões esperados inicialmente. Essa economia, no entanto, está sendo totalmente mascarada pelo tombo da arrecadação provocado pela pandemia de covid-19. Resultado: mesmo com a reforma, o déficit do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) continuará crescendo e deve bater o novo recorde de R\$ 274,3 bilhões no fim do ano. Nos regimes dos servidores públicos civis e pensões militares, por enquanto, há uma ligeira melhora ante 2019.

“Não dá, com segurança, para dizer em quanto, mas o ganho [com a reforma] será maior que R\$ 9,9 bilhões”, disse o secretário de Previdência do Ministério da Economia, Narlon Gutierrez Nogueira, ao **Valor**. Esse impacto nas contas considera o RGPS, o RPPS e o aumento na receita decorrente da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

Ele reforçou que a evolução das despesas com o pagamento de benefícios do RGPS neste ano tem se mostrado inferior à projeção constante da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2020, o que indica que neste primeiro momento os ganhos fiscais com a aprovação da reforma foram superiores aos projetados. A LOA previa uma despesa com benefícios de R\$ 677,7 bilhões e esse valor caiu para R\$ 672,7 bilhões.

“Considerando os fatores de incerteza deste ano, relacionados à pandemia e ao fluxo de análise dos benefícios pelo INSS, é recomendável uma avaliação por prazo mais longo para se determinar exatamente quanto desse resultado decorre diretamente da aprovação das medidas [da reforma].”

O secretário explicou que o impacto das mudanças nas regras de concessão de aposentadoria e pensão seria mais de longo prazo. Em dez anos, a economia foi estimada em R\$ 800 bilhões, valor que foi consumido pelo aumento de gasto do governo com medidas que visavam minimizar os efeitos da pandemia neste ano.

“Não temos condições ainda de rever projeções feitas no ano passado. O que a gente tinha observado do lado da despesa é que ela tem evoluído de maneira um pouco mais satisfatória do que tínhamos projetado. É um ano muito incomum”, disse Gutierrez.

Segundo ele, o aumento da taxa de desemprego e o diferimento da contribuição (esse com impacto mais temporário) contribuíram para uma piora das receitas, mas o cenário pode ser revertido com a retomada da economia que já está ocorrendo.

A redução de despesas devido à reforma no primeiro ano será insuficiente para impedir que o déficit do RGPS atinja R\$ 274,3 bilhões no fim deste ano. Segundo o secretário, em relação a 2019, a despesa com benefícios do RGPS está subindo, e as receitas, devido à pandemia, caindo consideravelmente.

Para o especialista em Previdência Luis Eduardo Afonso, professor associado da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA/USP), o déficit do RGPS também está sendo impactado pela demora da incorporação das novas regras nos sistemas e com a pandemia a “bagunça” ficou ainda maior. “Mas sem reforma, o cenário seria muito pior.”

Ele cita que ainda não é possível verificar uma queda no valor médio do benefício concedido na comparação entre setembro deste ano e setembro de 2019.

Se por um lado o déficit do RGPS piora, o governo vê ganhos mais fortes da reforma no regime de previdência dos servidores públicos civis e pensões de militares, o que está diretamente relacionado à cobrança de alíquotas diferenciadas. No regime próprio dos civis, a arrecadação saltou de R\$ 23,2 bilhões para R\$ 26,9 bilhões entre janeiro e setembro de 2019 e igual período deste ano. A expectativa era que no ano a arrecadação com essa alíquota fosse de R\$ 3,5 bilhões.

No caso dos militares, a cobrança de contribuição das pensionistas fez com que a arrecadação desse sistema passasse de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 4,6 bilhões na mesma base de comparação. No acumulado do ano até setembro, o déficit da previdência de servidores públicos e pensões de militares foi de R\$ 69,96 bilhões, queda de 4,88% ante igual período de 2019 (R\$ 73,55 bilhões).

A avaliação dentro e fora do governo é de que a reforma deu sustentabilidade no longo prazo para a trajetória explosiva das despesas previdenciárias, mesmo com a ocorrência de déficit. Além disso, ela teve papel relevante ao incentivar vários Estados a fazer ajustes em seus regimes previdenciários. Considerando os 26 Estados e o Distrito Federal, 17 já aprovaram reformas.

“Ganhou fôlego bastante significativo para dez a 15 anos. Acredito que em 2030, no mais tardar, o tema venha a ser revisado”, frisou Gutierrez, acrescentando que seria interessante ter um mecanismo de ajuste automático da idade mínima assim como para se introduzir o regime de capitalização no país.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Oferta por tempo limitado
NESPRESSO B2C

LINK PATROCINADO

19 Celebidades brasileiras que hoje estão pobres
DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Após a perda maciça de peso, Fernanda Vasconcellos parece completamente diferente
CASH ROADSTER

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Esse é o dinheiro que Junior Lima tem em sua conta bancária hoje
MISTERSTOCKS

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Saída de Maia da presidência da Câmara faz mercado temer CPMF

Desconhecimento ainda mantém cidades longe das PPPs

Setor espera crescimento com novo marco regulatório do saneamento

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

16/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Martha Seillier: "perspectivas não são de grande investimento público" — Foto: Leonardo Rodrigues/Valor

O desconhecimento e o despreparo ainda são os principais obstáculos para que prefeituras consigam realizar investimentos e prestar serviços com a ajuda do setor privado, por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões. Trata-se, porém, de alternativas para os novos prefeitos, que encontrarão os cofres vazios e terão grandes demandas para atender.

“O objetivo primeiro é o interesse da coletividade, e esse é um instrumento importante”, disse o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Glademir Aroldi. “Embora o marco jurídico seja de 2004, ainda falta segurança jurídica e conhecimento por parte de todos os atores, por isso o número de contratos é acanhado.”

De acordo com dados da consultoria Radar PPP, há hoje no Brasil 1.748 PPPs municipais, nem todas em funcionamento. Aroldi acredita que a tendência seja de crescimento, após a aprovação do novo marco do saneamento. “A dificuldade está na elaboração de projetos”, disse ele.

São serviços complexos e caros, que as prefeituras não têm condição de bancar. Desde 2018 o governo federal vem ajudando as prefeituras e governos estaduais a viabilizar PPPs e concessões. Criou uma “fábrica de projetos” com base no Fundo de Estruturação de Projetos (FEP) da Caixa e do Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias (Faep), do BNDES. Ambos bancam a estruturação de projetos e, após o leilão, são ressarcidos pelo concessionário.

“Espero que o número de PPPs cresça, pois ninguém está com o fiscal tranquilo e as perspectivas para os próximos quatro anos não são de grande investimento público”, afirmou a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier, que supervisiona a “fábrica”.

PPPs são arranjos em que empresas privadas fazem investimentos e prestam serviços públicos em troca de um pagamento feito pelo poder público. Os casos mais frequentes e bem-sucedidos são na área de iluminação pública. No início deste mês, foram leiloadas PPPs de iluminação pública, em Belém e Sapucaia do Sul (RS). As vencedoras ofereceram deságios maiores que 50% sobre o preço estabelecido no edital.

Há também PPPs em água e esgoto, manejo de resíduos sólidos, unidades prisionais, creches e hospitais. Testes estão sendo realizados para PPPs em drenagem urbana.

No mês passado, a inclusão de Unidades Básicas de Saúde (UBSs) inacabadas no PPI para que virassem PPPs foi confundida com a privatização do Serviço Único de Saúde (SUS). Por causa da polêmica em período pré-eleitoral, a ideia foi abandonada.

“Nem entendemos como a inclusão das UBSs no PPI virou privatização do SUS”, disse Martha. “O que queríamos era uma forma de acabar com esqueletos deixados pelo PAC [Programa de Aceleração do Crescimento].”

O governo paga uma contraprestação que só é entregue se a unidade estiver funcionando plenamente. Não há, por exemplos, tomógrafos quebrados.

“E a beleza é que sai mais barato”, afirmou Martha. Estudos apontam para uma economia de 30% a 40%, em comparação à operação direta pelo Estado, informou a secretária.

Apesar da polêmica das UBSs, as parcerias em serviços como educação e saúde são uma frente importante para ampliar parcerias. “A criança que vai a uma creche que é PPP não paga nada, quem vai a um hospital que é PPP não paga”, frisou.

“Precisamos qualificar melhor o gasto público em saúde e educação”, concordou Bruno Pereira, sócio da Radar PPP. “Tenho grandes expectativas que as PPPs sociais possam deixar o espaço de indignidade em que se encontram.” Infelizmente, disse, apenas duas PPPs em educação e 11 em saúde foram celebradas desde 2004.

Outro problema no caminho das PPPs é o despreparo das administrações. Aroldi disse que a CNM preparou uma cartilha sobre para entregar aos novos prefeitos. “As PPPs exigem nova competência, novas estruturas e novo processo de gestão”, afirmou.

Atualmente, o PPI tem 46 projetos de Estados e municípios em sua carteira, em fase de elaboração. E uma fila de dezenas de outros empreendimentos, que aguardam o aporte de mais recursos no FEP para andar. Os R\$ 180 milhões existentes já estão totalmente comprometidos.

Martha disse que está pleiteando mais R\$ 64 milhões ainda em 2020 para fazer a fila andar. A expectativa é que, nesta reta final do ano, sejam feitos remanejamentos de recursos de áreas que não conseguiram executar tudo o que estava planejado. Para 2021, o orçamento é de R\$ 47,4 milhões. Os recursos serão engordados com o pagamento de projetos que já foram leiloados.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por [taboola](#)

LINK PATROCINADO

19 Celebidades brasileiras que hoje estão pobres

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

35 atores famosos que também foram atletas incríveis

ARTICLES STONE

LINK PATROCINADO

Jogadores de futebol que tem uma linda mulher

|| IPA TIMES



Por Sergio Lamucci

É repórter do Valor desde o fim de 2003. Em 2002, ganhou o Prêmio Citibank de Excelência em Jornalismo. Foi correspondente em Washington de 2013 a 2015

O contraste entre 2021 e o cenário de curto prazo

Economia foi bem no terceiro trimestre, mas o quadro para o futuro continua incerto

16/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O crescimento da economia brasileira no terceiro trimestre saiu melhor que a encomenda. As estimativas apontam para uma expansão na casa de 9% em relação ao trimestre anterior, feito o ajuste sazonal. Além da reação ao tombo violento dos três meses anteriores, quando houve o impacto mais forte da pandemia, o efeito do auxílio emergencial foi significativo, e setores como construção civil e agronegócio vão bem. No ano, é possível uma queda do PIB na casa de 4% ou até menos, um recuo significativo, mas bem menor do que a retração de 9,1% que o Fundo Monetário Internacional (FMI) chegou a projetar em junho.

Esse bom resultado de curto prazo, contudo, não assegura que o ritmo de crescimento vai continuar firme nos próximos meses. Mais uma vez, o governo de Jair Bolsonaro age para produzir incertezas, em vez de buscar diminuí-las. Primeiro, não há clareza sobre o quadro fiscal que vai prevalecer em 2021, a um mês e meio do começo do ano. A definição do Orçamento deve ficar para o primeiro trimestre do ano que vem. Não se sabe se um programa mais amplo de transferência de renda será criado, por exemplo.

Economia foi bem no 3º tri, mas o quadro para o futuro é incerto

Além disso, Bolsonaro politiza ao máximo a pandemia, como ficou mais uma vez evidente na semana passada, quando o presidente comemorou a interrupção dos testes com a vacina Coronavac, determinada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Para completar, o país caminha para ficar mais isolado no cenário externo. Com Joe Biden na presidência dos EUA, a política ambiental do Brasil estará na mira de outra grande potência, além da União Europeia (UE). A insistência de Bolsonaro nas atuais diretrizes para o ambiente poderá afetar as exportações brasileiras e afastar parte do investimento estrangeiro do país.

Essas incertezas atrapalham a economia num cenário em que os ventos externos podem se tornar mais positivos. A possibilidade de que esteja disponível em não muito tempo uma vacina com eficácia elevada melhora as perspectivas para a economia global, embora a segunda onda da covid-19 em alguns países abale a atividade no curto prazo, como ocorre na Europa. A tendência de juros baixos nos principais países avançados por um longo período, por sua vez, favorece mercados emergentes como o Brasil. Por fim, o governo de Joe Biden não deverá ser uma fonte de volatilidade e preocupação para a economia global como foi a administração de Donald Trump, ainda que a rivalidade entre os EUA e a China deva continuar intensa.

Desse modo, o bom momento da economia brasileira no curto prazo contrasta com o cenário para 2021, totalmente indefinido por causa dessas várias incógnitas. O Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) deve voltar a subir neste mês, uma notícia ruim para o investimento, que depende de um horizonte de maior previsibilidade para deslanchar.

Divulgada na sexta-feira, a prévia do índice de novembro mostra uma alta de 7,6 pontos, para 151,4 pontos. Se confirmado, será o primeiro aumento depois de seis quedas seguidas. As dúvidas em relação à trajetória das contas públicas contribuem para elevar o indicador de incerteza. No auge do impacto da pandemia sobre a atividade, em abril, o IIE-Br bateu em 210,5 pontos, mas o nível sugerido pela prévia de novembro é muito alto - o recorde anterior à eclosão da covid eram os 136,8 pontos de setembro de 2015.

Nesse quadro, a economia tende a perder dinamismo, podendo patinar em 2021. O auxílio emergencial, cujo valor já foi reduzido de R\$ 600 para R\$ 300, deve expirar em dezembro. Não parece haver tempo suficiente para que se monte um programa de transferência mais amplo até o começo do ano. O ideal seria unificar programas sociais existentes ao Bolsa Família, o que seria possível fazer respeitando o teto de gastos, mas é algo que não está no radar, pois o governo resiste a tomar medidas nessa linha.

Já prorrogar o auxílio por poucos meses até que se encontre uma solução para o sucessor do Bolsa Família tende a ser juridicamente complicado e pode causar ruídos, se for feito fora do teto e sem o compromisso com uma agenda de reformas que combatam a expansão de gastos obrigatórios.

Nesse ambiente, é importante que, passado o primeiro turno das eleições municipais, seja feito um esforço para dar um rumo claro à condução das contas públicas em 2021. Há o risco de que haja uma retirada de estímulos muito abrupta se o auxílio emergencial for encerrado e nada for colocado em seu lugar. Ao mesmo tempo, há o risco de perda de credibilidade da política fiscal se o teto de gastos for abandonado e não ficar claro que reformas serão aprovadas. O câmbio pode se desvalorizar mais, tornando mais duradouras as pressões sobre a inflação que, por enquanto, são temporárias e localizadas.

Também causa muito ruído a atitude de Bolsonaro em relação à pandemia. Desde o começo, o presidente negou a gravidade da doença e acusou os governadores pela adoção de medidas de distanciamento social. Agora, bombardeia a vacina produzida pela chinesa Sinovac e pelo Instituto Butantan, por causa de sua rivalidade com o governador João Doria (PSDB). Em vez de apostar na coordenação de ações com Estados e municípios no combate à covid-19, Bolsonaro opta pelo conflito.

A resistência em cumprimentar Biden pela vitória e os sinais de que não haverá mudança na política ambiental também são negativos para a economia brasileira. O Brasil fica mais isolado no cenário internacional, havendo um risco de que as exportações do país sejam afetadas. O fluxo de investimento externo também pode minguar, num momento em que empresas e fundos estrangeiros dão cada vez mais importância à questão da sustentabilidade.

Se essas incertezas forem reduzidas, especialmente no front fiscal, o país poderá ter um crescimento na casa de 3,5% em 2021, estimulado por juros ineditamente baixos. Caso elas permaneçam, porém, uma expansão em torno de 2% tende a ser mais provável, um ritmo muito fraco depois do tombo deste ano e do desempenho medíocre dos anos anteriores.

Sergio Lamucci é editor de Brasil e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Compre e ganhe cafés
NESPRESSO B2C

LINK PATROCINADO

19 Celebridades brasileiras que hoje estão pobres
DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Após a perda maciça de peso, Fernanda Vasconcellos parece completamente diferente
CASH ROADSTER

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Estados têm déficit atuarial superior a 100% do PIB e mais alto que a dívida consolidada

Dado consta de levantamento feito por ex-secretário adjunto de Política Econômica

Por Edna Simão — De Brasília

16/11/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O déficit atuarial previdenciário de 13 Estados brasileiros supera 100% do Produto Interno Bruto (PIB) local e está bem acima da dívida líquida consolidada de cada um desses entes. O dado consta de levantamento feito pelo diretor de Estratégias Públicas do Grupo MAG, Arnaldo Lima. O estudo do ex-secretário-adjunto de Política Econômica foi feito com base nos dados do Tesouro e da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

“Quando projetamos as contribuições realizadas e aquelas a serem pagas pelos servidores até a sua expectativa de sobrevivência e os seus respectivos benefícios previdenciários e fazemos o cálculo a valor presente, percebemos que as despesas são recorrentemente superiores às receitas, provocando déficit atuarial, em média, de 98% do PIB de cada Estado”, afirmou Lima. “Ou seja, a dívida projetada com o pagamento de benefícios previdenciários é o equivalente a toda a riqueza produzida em cada ente federado”, explicou Lima.

Entre os 26 Estados e mais Distrito Federal, o grupo que tinha déficit atuarial previdenciário acima de 100% de seu PIB no ano passado era composto por Amazonas, Tocantins, Amapá, Acre, Ceará, Rondônia, Pará, Distrito Federal, Pernambuco, Minas Gerais, Paraíba, Goiás e Sergipe. No caso da dívida líquida consolidada, o valor mais alto corresponde a 23,2% do PIB no Acre.

Com esses dados, Lima queria mostrar que a situação dos governos regionais continua complicada no que diz respeito à sustentabilidade do pagamento de aposentadorias e pensões no longo prazo, mesmo com a promulgação da reforma da Previdência em novembro do ano passado. Alguns Estados, como previsto na reforma previdenciária, já elevaram as alíquotas de contribuição para 14% para ajudar a equacionar o déficit atuarial e ainda podem, caso considerem necessário, estabelecer contribuições extraordinárias.

De acordo com Lima, os dados preocupam pois, num cenário ideal, as contribuições feitas pelos servidores públicos e pelo Estado trazidas a valor presente deveriam ser suficientes para cobrir a despesa previdenciária, mas não é o que ocorre. Além disso, a situação tende a piorar pois existem alguns Estados em que a relação entre ativos e inativos já está um para um, sendo que o adequado é ter três servidores trabalhando para bancar uma aposentadoria.

“Para reduzir o déficit atuarial previdenciário de cada Estado, é importante estimular, por meio da criação de um benefício especial, a migração dos servidores que ganham acima do teto do INSS para o regime de previdência complementar, aliviando o caixa futuro dos Estados com pagamento dos benefícios mais elevados”, explicou.

Lima lembra que a reforma da Previdência permitiu que o setor privado possa ofertar a cobertura de pensões por morte, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente de forma concorrente com o INSS. “Caso o pagamento desses benefícios previdenciários não programados seja realizado pelo setor privado, essas despesas não estarão mais sujeitas ao teto de gastos”, disse. “Atualmente, esses benefícios representam cerca de R\$ 265 bilhões”, disse. Ainda não há previsão no governo de apresentar regulamentação para essa matéria.

Pelos dados da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, 17 Estados já reformaram suas previdências e quase todos já ajustaram as alíquotas de contribuição, exceto Roraima.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Peça pra Alexa
AMAZON ALEXA

LINK PATROCINADO

19 Celebidades brasileiras que hoje estão pobres
DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Após a perda maciça de peso, Fernanda Vasconcellos parece completamente diferente
CASH ROADSTER

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Esse é o dinheiro que Junior Lima tem em sua conta bancária hoje
MISTERSTOCKS

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Vantagem de Biden na Pensilvânia é maior do que número de votos contestados por Trump

VALOR INVESTE

Mercado Livre conversa com o governo sobre Correios

VALOR INVESTE

3R Petroleum fecha em queda de 0,05% em dia de estreia na B3

China e 14 países firmam maior pacto comercial do mundo

Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) cria bloco regional que responde por 30% do PIB mundial

Por **Jon Emont e Alastair Gale** — Dow Jones Newswires, de Cingapura e Tóquio

16/11/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Após anos de negociações espinhosas, a China e outros 14 países assinaram ontem o maior acordo comercial do mundo, que se mostra um dos primeiros desafios à política comercial do presidente eleito dos EUA, Joe Biden.

A Parceria Regional Econômica Abrangente (RCEP, na sigla em inglês) cria um bloco que responde por mais de 30% do PIB mundial. Reúne muitas das maiores e mais pujantes economias da região da Ásia-Pacífico, que deixaram diferenças geopolíticas de lado para finalizar o acordo. Além da China, também fazem parte da RCEP Japão, Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia e dez países do Sudeste Asiático como Indonésia, Vietnã, Tailândia e Cingapura.

“Encorajar o livre comércio é ainda mais importante agora, que existe uma depressão da economia global e há sinais de países voltando-se para dentro” disse o primeiro-ministro do Japão, Yoshihide Suga, durante reunião da RCEP com outros líderes, segundo representante do governo japonês.

Os EUA, maior economia do mundo, não fazem parte do grupo. O país estava envolvido na concepção de um bloco diferente - a Parceria Transpacífico (TPP), que não incluía Pequim e tinha por objetivo conter o crescente poder de influência da China. Mas Washington, que durante o governo Trump evitou grandes acordos comerciais multilaterais, optou por não entrar na TPP, que acabou tendo uma versão modificada assinada por 11 países do grupo.

O novo pacto aumenta a pressão sobre Biden para aprofundar o envolvimento comercial dos EUA na região da Ásia-Pacífico. Em 2019, ele alertou para o risco de que se os EUA não escrevessem as regras do jogo, a China iria fazê-lo. Disse que tentaria renegociar a TPP, mas ainda não tomou uma posição a respeito.

Embora a maioria dos países da RCEP já tenha fortes laços comerciais entre si - as trocas comerciais vão desde arroz até semicondutores -, o novo tratado é considerado importante porque resultará em um sistema comercial mais unificado.

Na cerimônia de ontem, realizada por videoconferência em razão da pandemia, os ministros dos 15 países-membros assinaram o pacto e mostraram suas assinaturas para as câmeras.

O primeiro-ministro da China, Li Keqiang, disse que a assinatura mostrou que o multilateralismo e o livre comércio “ainda representam a direção certa da economia mundial e da humanidade”.

De acordo com o governo do Japão, o RCEP eliminará tarifas sobre 91% das mercadorias comercializadas entre os membros.

Reduzirá ainda as barreiras comerciais com muitos dos principais parceiros comerciais do Japão. A porcentagem de itens livres de tarifas do país enviados à Coreia do Sul aumentará de 19% para 92%, e à China, de 8% para 86%.

A indústria automotiva japonesa, um forte motor da economia do país, deverá sair beneficiada. O acordo elimina as tarifas sobre quase US\$ 50 bilhões em autopeças enviadas à China por ano, segundo o governo do Japão.

O pacto ainda precisa ser ratificado pelos governos nacionais antes de entrar em vigor.

Ao longo de mais de oito anos de negociações, o tratado deparou-se com grandes problemas para equilibrar os interesses dos países em vários estágios de desenvolvimento. A Índia, que fez parte das negociações, saiu em 2019, por receio de que a RCEP levasse a uma enxurrada de importações.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Peça pra Alexa
AMAZON ALEXA

LINK PATROCINADO

19 Celebidades brasileiras que hoje estão pobres
DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Acaba hoje! Ray-Ban com 50% de desconto
ÓCULOS NOW

LINK PATROCINADO

Promoção relâmpago tênis Caterpillar 125,91
TRIBUS CALÇADOS

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)
TINNITUS PRO

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Mercado Livre conversa com o governo sobre Correios

VALOR INVESTE

Saída de Maia da presidência da Câmara faz mercado temer CPMF

VALOR INVESTE

Duratex vai ganhar com sinergias comerciais na unificação entre Deca e Hydra, diz BTG

Mais do Valor **Econômico**

Uê tem que usar de novo o editor "Modo novo"

Passada a eleição, foco deve ser nas reformas fiscais

Abismo fiscal se dará com a queda pronunciada da atividade econômica se forem retirados em janeiro todos os estímulos

16/11/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Com a realização do primeiro turno das eleições municipais, é hora de o governo e o Congresso Nacional voltarem o seu foco ao que é essencial para a estabilidade econômica do país: aprovar o conjunto de reformas fiscais que visam a garantir a sustentabilidade das contas públicas. Na volta dos parlamentares a Brasília, preocupa a falta de consenso dos parlamentares - incluindo a base governista - sobre os projetos que devem ganhar prioridade na agenda legislativa até o fim do ano.

Reportagem publicada pelo **Valor** na sexta-feira mostra que, em conversas com o presidente Jair Bolsonaro, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), definiu uma pauta prioritária para o Executivo. Foram selecionados os projetos de lei da Casa Verde Amarela (substituto do Minha Casa, Minha Vida), da lei de cabotagem, da lei de independência do Banco Central e da lei de adequação das finanças dos Estados.

Todas essas iniciativas são meritórias e podem contribuir para a retomada da economia e para o aperfeiçoamento institucional do país. Mas de nada adiantarão esses avanços se a base macroeconômica não estiver sólida. Para tanto, é imprescindível aprovar projetos que, ainda que de forma "ad hoc", dão sobrevida ao teto de gastos, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Pacto Federativo e a PEC Emergencial.

Essas duas medidas não resolvem os problemas estruturais do gasto público, mas pelo menos permitem o acionamento de gatilhos que cortam despesas - incluindo a possibilidade de redução da jornada do funcionalismo - quando o teto de gastos está sob ameaça. Fazem pouco para organizar a despesa pública e podem ter repercussões negativas no ciclo econômico e na oferta de serviços públicos. Mas podem ser um expediente emergencial para garantir a manutenção do teto de gastos enquanto não se aprovam medidas como uma reforma administrativa com escopo maior do que a enviada pelo governo ao Congresso.

Porém, os sinais às vésperas da retomada dos trabalhos no Congresso não eram nada animadores. A equipe econômica manifestava, de forma reservada, preocupações com resistências do Centrão com relação à adoção de medidas impopulares e com a possibilidade de essas propostas não serem aprovadas ainda neste ano. Priorizar projetos fora da alçada fiscal, embora relevantes, pode ser um expediente para os congressistas evitarem tomar as decisões difíceis que devem ser enfrentadas.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), vem defendendo que as duas PECs que garantem uma mínima sustentabilidade fiscal sejam incluídas na pauta prioritária. Mas a base governista na Câmara acusa Maia de tentar privilegiar medidas que possam realçar a sua biografia, como a reforma tributária. O pano de fundo é a disputa pelo comando da Casa, que ocorre em fevereiro.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, esforçou-se na semana passada, em uma maratona de pronunciamentos, para defender a agenda de austeridade fiscal. Mas, no mercado financeiro, há muita preocupação de que ele esteja falando sozinho. Existem vozes rodeando o Palácio do Planalto que defendem o aumento de gastos públicos para fomentar a atividade econômica.

Apesar da sinalização do ministro Guedes do fim do pagamento do auxílio emergencial, que só seria retomado no caso de uma segunda onda da Covid, há um risco relevante de essa promessa não ser levada adiante pelo próprio governo. Economistas vem chamando a atenção para o chamado abismo fiscal, ou seja, a queda pronunciada da atividade econômica no caso de serem retirados em janeiro todos os estímulos. A popularidade do presidente Jair Bolsonaro foi apoiada, depois do início da pandemia, pelo pagamento desses benefícios - e a sua retirada poderia levar a uma queda nas taxas de aprovação do presidente.

Esse quadro mal resolvido levou a uma forte volatilidade cambial, alta de juros de mercado e encurtamento do prazo da dívida pública. São assuntos que não dizem respeito apenas ao mercado financeiro, mas também ao bem-estar da população como um todo. Está ocorrendo um aperto nas condições financeiras, que prejudica as condições de financiamento das empresas, e o aumento da incerteza sobre o ajuste fiscal tem impactos concretos sobre a atividade econômica, adiando as decisões de consumo e de investimentos. Perdeu-se um tempo precioso à espera das eleições municipais, e agora é hora de recuperar, colocando os esforços no que importa.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Peça pra Alexa
AMAZON ALEXA

LINK PATROCINADO

19 Celebidades brasileiras que hoje estão pobres
DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Acaba hoje! Ray-Ban com 50% de desconto
ÓCULOS NOW

LINK PATROCINADO

Famoso ex jogador do Flamengo revela como secou barriga de cerveja
FITO ONE

LINK PATROCINADO

Promoção relâmpago tênis Caterpillar 125,91
TRIBUS CALÇADOS

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Mercado Livre conversa com o governo sobre Correios

VALOR INVESTE

Saída de Maia da presidência da Câmara faz mercado temer CPMF

VALOR INVESTE

Duratex vai ganhar com sinergias comerciais na unificação entre Deca e Hvdra. diz BTG

Vitória de Bruno Reis fortalece ACM Neto na Bahia

Vice-prefeito conta com pedetista como companheira de chapa

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

16/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Salvador

98,98% dos votos apurados até as 22h50 de ontem

Prefeito municipal	Nº de votos	% dos votos*
Bruno Reis (DEM)	771.616	64,19%
Major Denice (PT)	226.611	18,85%
Pastor Sargento Isidório (Avante)	64.104	5,33%
Cezar Leite (PRTB)	56.020	4,66%
Olivia (PCdoB)	54.002	4,49%
Outros	29.774	2,48%
Em branco **	46.331	4,79%
Nulo **	132.658	13,70%

Fonte: TSE * Votos válidos **Percentual sobre o comparecimento total

O vice-prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), confirmou o favoritismo e foi eleito para administrar a cidade numa vitória expressiva. Foi o único candidato em capital que venceu no primeiro turno sem ser um prefeito em busca de reeleição e obteve a maior votação proporcional entre os eleitos - recebeu 64,19% dos votos válidos. A vitória elástica ajuda a projetar seu padrinho, o atual prefeito e presidente nacional do DEM, ACM Neto, para a disputa ao governo da Bahia. Candidata do governador Rui Costa (PT), major Denice (PT) ficou em segundo lugar, com 18%.

“Nossa vitória representa o reconhecimento da população ao sucesso dessa gestão, que é a melhor gestão do Brasil”, disse Reis, que iniciou sua trajetória política como assessor parlamentar de ACM Neto e foi eleito duas vezes deputado estadual. Da última vez, pelo MDB de Geddel Veira Lima, partido que trocou pelo DEM para disputar a prefeitura após o cacique emedebista ser preso por esconder R\$ 51 milhões em um apartamento sem conseguir explicar a origem do dinheiro.

O vice-prefeito assumiu duas secretarias durante a gestão de Neto e explorou sua ligação com o atual prefeito na campanha. O político é um dos mais bem avaliados prefeitos do país, tido como bom ou ótimo por 74% dos eleitores e como ruim ou péssimo por apenas 4%, segundo Ibope da véspera da eleição.

Essa popularidade fez com que Neto conseguisse construir a maior coligação para seu candidato, com 15 partidos, inclusive dois que estavam na base do governador do PT. O PDT de Ciro Gomes apadrinhou a vice da chapa, Ana Paula Matos (uma técnica até então sem ligação com o partido), numa aliança que pode se reproduzir em 2022. E o PL também trocou o governador pelo vice-prefeito. Aliados dizem que Costa demitirá os indicados das duas siglas que tem cargos no governo estadual, o que ainda não ocorreu.

Reis teve uma vitória expressiva, mas a construção da candidatura de Neto para o governo não será fácil, projetam políticos do DEM. O governador não pode se reeleger mais, mas é bem avaliado (66% de ótimo ou bom e 8% de ruim ou péssimo), e comenta-se que o nome do grupo para 2022 será o do ex-governador e atual senador Jaques Wagner (PT).

O PT apostou nessa eleição numa estreante nas urnas e ligada à polícia militar, corporação que é mais identificada com o bolsonarismo. Denice ficou conhecida por organizar a Ronda Maria da Penha, para atuar em casos de violência contra a mulher. A base de Costa se dividiu em várias candidaturas, para forçar um segundo turno, mas a estratégia não funcionou. Os deputados pastor sargento Isidório (Avante) e Bacelar (Pode) e a deputada estadual Olívia Santana (PCdoB) somaram 11% dos votos juntos..

O resultado era esperado há dias, apontado por todas as pesquisas de intenção de voto. A surpresa ficou por conta do vereador Cezar Leite (PRTB), único candidato que se vendeu como bolsonarista. Apesar da baixa pontuação, de 4,66%, ele acabou em quarto lugar, quando até sábado aparecia em sexto nas pesquisas, com 2% dos votos.

Leite não contou com propaganda na TV porque seu partido, o PRTB (que também é o do vice-presidente Hamilton Mourão), não superou a cláusula de barreira e nem teve o apoio do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que tem em Salvador seus piores índices de apoio nas capitais - é aprovado por 15% da população e rejeitado por 66%.

Esses índices ruins levaram Bolsonaro a ser rejeitado pelos demais candidatos. Os adversários tentaram colar em Reis a alcunha de candidato do presidente, posição que ele negou. “Não tenho amarras ideológicas ou partidárias que me impeçam de conversar com quem quer que seja”, disse. Disse que conversará com o governo federal, assim como negocia com o governo estadual, “sem subserviência”. Mas marcou posição em relação ao bolsonarismo e defendeu, por exemplo, pautas LGBT e a vacinação obrigatória contra a covid-19.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Peça pra Alexa
AMAZON ALEXA

LINK PATROCINADO

19 Celebidades brasileiras que hoje estão pobres
DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Após a perda maciça de peso, Fernanda Vasconcellos parece completamente diferente
CASH ROADSTER